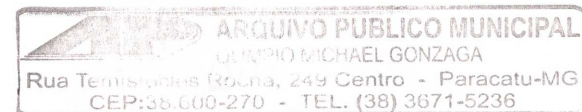




CÂMARA DE PARACATU, 200 ANOS DE HISTÓRIA





CÂMARA DE PARACATU, 200 ANOS DE HISTÓRIA

Arquivo Público Municipal
Olympio Michael Gonzaga

Fundação Mun. Casa de Cultura de Paracatu
ARQUIVO PÚBLICO

930(815.1)
C173

**CÂMARA DE PARACATU,
200 ANOS
DE HISTÓRIA**

INTRODUÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL E A SUA ESTRUTURAÇÃO

OLIVEIRA MELLO



Reg Nº	115
29	05

Copyright © by CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU, 18-12-1999

Coordenação Editorial e Programação Gráfica
OLIVEIRA MELLO

Capa

Montagem do FOTO HELENO

Primitiva sede da Câmara Municipal – Rua Direita (Arquivo de O. Mello)

Atual sede da Câmara Municipal – Praça JK

Editoração Eletrônica e Arte Final
JOSÉ ANDRÉ FRANCO DE OLIVEIRA MELLO

Impressão e Acabamento
ESCRIBA EDITORA GRÁFICA

Paracatu. Câmara Municipal.

Câmara Municipal, 200 anos de história/ Introdução e organização de Oliveira Mello. Paracatu: Câmara Municipal, 1999.

68 p. 21cm.

1. Paracatu, história. I Oliveira Mello. II Título.

Catálogo na Fonte por Dione Cândido de Aquino CRB - 1720

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Edição da CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU

(Comemorativa do 200º aniversário da instalação da Câmara Municipal e da Vila do Paracatu do Príncipe, em 18 de dezembro de 1799).

Praça JK, 449 – Fone: (0xx38) 671-3147 – e-mail: camaraptu@ada.com.br
38600-000 – PARACATU – MINAS GERAIS

Arquivo Público Municipal
Olympio Michael Gonzaga

Esta publicação é dedicada à memória do Juiz de Fora, com graduação de Corregedor e Ouvidor Geral e Criador da Vila do Paracatu do Príncipe, José Gregório de Moraes Navarro.

Hei por bem erigir o dito Arraial do Paracatu em Vila liberalizando-lhe logo no momento de sua Criação a Mercê de um Juiz de Fora do Cível, Crime e Órfãos (...) para que na sobredita Vila novamente ereta se possa administrar a Justiça e promover o bem comum dela como convém ao Serviço de Deus, e Meu; Ordenando como por este Ordeno, que da publicação deste em diante se denomine Vila do Paracatu do Príncipe; e que tenha e goze de todos os privilégios, Liberdades, franquezas, honras, isenções de que gozam as outras Vilas do mesmo Estado do Brasil, e os seus moradores, sem diferença alguma, porque assim é Minha vontade e Mercê.

DONA MARIA I

in Alvará de 20 de outubro de 1798
pelo qual é erigido em Vila o Arraial do Paracatu

PAUTA DOS OFICIAIS DA CÂMARA DESTA VILA que foram eleitos na forma da Lei para servirem desde a publicação desta a um ano, ou enquanto se não mandar o contrário.

Vereadores:

Manoel José de Oliveira Guimarães.

Francisco Dias Duarte.

José da Silva Paranhos.

Procurador da Câmara:

Luiz José de Carvalho.

Em Câmara de 18 de dezembro de 1799 o Juiz de Fora, Criador deste Lugar e Vila José Gregório de Moraes Navarro.

Arquivo Público Municipal
Olympio Michael Gonzaga

Fundação Maa. Casa de Cultura de Paracatu
ARQUIVO PÚBLICO

APRESENTAÇÃO

Paracatu completa 200 anos da sua emancipação política-administrativa em 18 de dezembro de 1999. Também a Câmara Municipal aniversaria na mesma data, comemorando o bicentenário de sua instalação. "As datas de aniversário sempre propiciam ótimas oportunidades para comemorações e presentes. Mas, no caso da história, representam muito mais: são marcos que abrem espaços para novas reflexões sobre o passado e possibilitam um melhor saber histórico." Imbuída desse espírito, a Câmara Municipal de Paracatu decidiu legar ao conhecimento de todos as suas atividades iniciais, com este *Câmara de Paracatu, 200 Anos de História*. Dona Maria I, através do Alvará de 20 de outubro de 1798, elevou o Arraial de São Luiz e Sant'Ana das Minas do Paracatu à condição de Vila do Paracatu do Príncipe. O seu território, no entanto, veio se desligar das amarras da Vila de Sabará 14 meses após, com a eleição e posse dos primeiros vereadores.

A Câmara, portanto, não podia deixar passar despercebida tão alvissareiro acontecimento. Foi instituído um concurso de redação entre os estudantes com o objetivo de maior participação da juventude paracatuense no que se refere a esta efeméride. Um meio encontrado para conscientizar a população da importância da Câmara no contexto histórico da formação municipal. Quando tudo estava sendo preparado, um telefonema do historiador Oliveira Mello chega sugerindo a publicação de todos os *Autos* que se fizeram no estabelecimento da Vila de Paracatu do Príncipe, a partir do *Alvará da Criação da Vila*, em 20 de outubro, até ao *Auto da Vereação* em que se tratou da demarcação do Termo da Vila, em 15 de outubro de 1800. A idéia era excelente, mas, para concretizá-la, precisava de sua colaboração, no que ele se mostrou disponível. Além de fornecer todo o material, de que é possuidor, atualizou a ortografia e ainda elaborou uma introdução, esclarecendo aos leitores sobre a eleição e posse da primeira Câmara Municipal e, conseqüentemente, a instalação da Vila.

Esta publicação é de suma importância por se tratar da autêntica certidão de nascimento do Município e da Câmara. Além do mais, foi desses documentos que Virgílio de Melo Franco se serviu para resolver problemas de divisas do Estado de Minas Gerais com o de Goiás que se arrastavam desde 1860, em sessão de 26 de maio de 1894, no Senado Estadual. Eles estão publicados nos *Anaes do Senado Mineiro*, 4ª. Sessão da Primeira Legislatura, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894, p. 81-91 e na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano I, fasc. 2º, abril a junho de 1896, p. 347 a 372, sob o título *Criação de Vilas no Período Colonial – Paracatu – Cópia autêntica de todos os autos que se fizeram no estabelecimento da Vila do Paracatu do Príncipe, extraída dos livros competentes da Câmara da mesma Vila*. (Manuscrito do Arquivo).

Ao republicar essa preciosidade histórica, a Câmara Municipal de Paracatu, constituída pelos vereadores Agnaldo Pereira de Almeida, Antônio José Machado Rocha, Benedito Gomes Moreira, Gaspar Reis Batista Oliveira, Heitor Campos Botelho, Jesué de Araújo Mesquita, João Arcânjo Mendes Santiago, João Jesus Macedo, José Antônio Vieira, José Maria Andrade Porto, Juarez Pereira da Silva, Marcos Delano de Sá, Paulo Ribeiro da Silva, Romildo Parreiras Lages e Silvano Alves Avelar, além de participar, de maneira efetiva do bicentenário de sua instalação e emancipação político-administrativa da terra, no findar do Século XVIII, está também prestando um relevante serviço à pesquisa histórica.

A Câmara Municipal de Paracatu, neste instante, agradece e presta homenagem a todos os vereadores que antecederam e mantiveram sempre acesa a chama das idéias libertárias e políticas do povo a que sempre representaram. A Câmara também agradece e presta a sua homenagem a todas as pessoas que aqui trabalharam, como eles, amaram e engrandeceram a sempre fiel e leal terra de Paracatu.

Paracatu, 18 de dezembro de 1999

Vereador Antônio José Machado Rocha (Netinho)

– Presidente da Câmara Municipal –

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL E SUA ESTRUTURAÇÃO

Oliveira Mello	13
ALVARÁ DE 20 DE OUTUBRO DE 1798	27
CARTA DE NOMEAÇÃO DE MORAES NAVARRO COMO JUIZ DE FORA	28
PROVISÃO ENCARREGANDO JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO DA CRIAÇÃO DA VILA	30
PROVISÃO DE 13 DE AGOSTO DE 1799 NOMEANDO OFICIAIS DA PROVIDORIA DA VILA	31
ALVARÁ DE 27 DE AGOSTO DE 1799 NOMEANDO O PROVIDOR DA VILA	32
PROVISÃO DA JUNTA DA REAL FAZENDA DA CAPITANIA PARA CRIAÇÃO DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA	34
POSSE DE JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO DO LUGAR DE JUIZ DE FORA	35
AUTO PARA PROCEDER ELEIÇÃO DOS OFICIAIS DA CÂMARA	36
DEVASSA DE SUBORNO	37
ELEITORES ELEITOS	38
TERMO DE JURAMENTO AOS ELEITORES	38
PAUTA DOS OFICIAIS DA CÂMARA	39
JURAMENTO E POSSE AOS OFICIAIS DA CÂMARA	39

POSSE DE JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO COMO PROVEDOR DAS FAZENDAS	40
DO ESTABELECIMENTO DAS RENDAS PARA A CÂMARA	42
EM QUE SE DETERMINOU AS PROPINAS	44
FESTAS E PROCISSÕES QUE DEVERÃO ASSISTIR JUIZ DE FORA E OFICIAIS DA CÂMARA	45
DECLARAÇÃO AO ACÓRDÃO DE PROPINAS DO JUIZ DE FORA ...	46
TERÇA PARTE DAS RENDAS PARA DESPESAS PARTICULARES DO PRÍNCIPE-REGENTE	47
DEMARCAÇÃO DO TERMO DA VILA	49
MAPA DOS HABITANTES DA VILA	53
MAPA DOS HABITANTES DE TODA A FREGUESIA	53
ORAÇÃO GRATULATÓRIA NA EXALTAÇÃO DO PARACATU, À VILA DO PARACATU DO PRÍNCIPE	54
GLOSSÁRIO	63

INTRODUÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL E A SUA ESTRUTURAÇÃO

OLIVEIRA MELLO

No período do Brasil Colônia a Vila surgiu como necessidade de estabelecer governos em núcleos populacionais. Devido ao grande desenvolvimento do Arraial de São Luiz e Sant'Ana das Minas do Paracatu, cujo manifesto da descoberta das suas minas de ouro se deu em 1744, levou os seus habitantes a solicitarem, em 1745, a sua elevação a Vila e Cabeça de Comarca. Em 1747, o Governador Gomes Freire de Andrade deu parecer contrário. Os habitantes do Arraial, no entanto, não se deram por vencidos. Novo abaixo assinado foi dirigido em 23 de junho de 1757, pedindo a criação da Vila. O fato, todavia, veio a concretizar-se apenas em 20 de outubro de 1798, numa homenagem ao batizado do infante D. Pedro de Alcântara, segundo filho varão do Príncipe-Regente D. João, e que viria a ser o nosso Dom Pedro I, em 19 de outubro do mesmo ano.

Por tão plausível motivo, como escreveu a "Gazeta de Lisboa", muitas mercês régias foram concedidas. Dentre elas o Alvará publicado na mesma "Gazeta de Lisboa", no dia seguinte:

"Registro do Alvará de vinte de outubro de mil setecentos noventa e oito, pelo qual Sua Majestade foi servida erigir em Vila o Arraial do Paracatu, e criar nela o lugar de Juiz de Fora, Cível, Crime e Órfãos, com os ordenados e emolumentos, que vence o Juiz de Fora de Mariana."

Ao ser criada a Vila, o Alvará justifica que "havia de se erigir em Vila o Arraial do Paracatu, da Comarca do Rio das Velhas, na

Capitania de Minas Gerais, e de se criar nela o lugar de Juiz de Fora, tanto pela grande povoação do Arraial, e dos lugares mais próximos, que deverão ficar compreendidos no termo que se lhe assinar, como pela distância de cento e seis léguas em que está da Vila de Sabará” e, mais adiante determina que se “possa administrar a Justiça e promover o bem comum dela, como convém ao serviço de Deus e meu: Ordenando, como por este Ordeno, que da publicação deste em diante se denomine – *Vila do Paracatu do Príncipe*, e que tenha e goze de todos os privilégios, Liberdades, franquezas, honras, isenções de que gozam as outras vilas do mesmo Estado do Brasil, e os seus moradores sem diferença alguma, porque assim é Minha vontade e Mercê.”

Foi de grande importância para o paracatuense esse Alvará de Dona Maria I, pois o então Distrito passaria, uma vez instalada a Vila, a ter sua vida política independente e, conseqüentemente, um progresso acentuado em todos os sentidos, pois o Juiz de Sabará, a cuja Comarca era subordinada Paracatu, raramente saía em correição.

A criação do município sempre dependeu de ato governamental, no entanto, a sua instalação coincidiria com a da Câmara. Para tal, durante o ano de 1799, vários atos régios foram expedidos para que se concretizasse a instalação da Vila do Paracatu do Príncipe. O primeiro ato foi, através de Carta-Régia de 4 de março, nomeando seu Juiz de Fora o bacharel José Gregório de Moraes Navarro, “para servir com graduação de Correição”. Apesar da Vila ter sido criada, sem ser Cabeça de Comarca, o seu Juiz de Fora vinha com poderes de Ouvidor Geral, como consta do Auto de Vereação da Câmara Municipal da Vila do Paracatu do Príncipe, de 27 de setembro de 1800. Aliás, no próprio ato de sua nomeação já é implícito esse cargo, que diz “para servir com graduação de Correição”. Em provisão de 25 de abril, Moraes Navarro é encarre-

gado “também da criação da mesma Vila, debaixo da direção do Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais, a quem Participo e Ordeno vos preste todo o auxílio que precisardes para o efeito da criação da dita Vila (o grifo é nosso), que se regulará conforme o estabelecimento das outras do mesmo Estado do Brasil, cuidando-se muito particularmente da construção das Casas da Câmara, Cadeia, Pelourinho, calçadas, arruamentos, e tudo o mais pertencente à boa ordem...” No dia 13 de agosto é publicada a provisão autorizando proceder a nomeação dos oficiais da Provedoria da Vila e para concretizar esse ato, em 27 de agosto é assinado o Alvará nomeando o Juiz de Fora Moraes Navarro como Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos da Vila e o seu Distrito e, finalmente, no dia 5 de dezembro, através de Provisão, a Rainha determina ao Juiz de Fora Moraes Navarro a criar “os ofícios de Justiça que forem necessários a bem público, além dos que já se acham criados”. Depois de tomadas todas as providências burocráticas necessárias para a instalação da Vila, o bacharel José Gregório de Moraes Navarro para ela se dirige a fim de cumprir as reais determinações, onde chega a 13 de dezembro e é recebido no Arraial com grandes honrarias e solenidades. Entrou acompanhado de tropas de cavalaria e infantaria. O povo o aclamava delirantemente. No dia seguinte, diante dos Juizes Ordinários Cateano Miguel de Moura e Francisco Dias Duarte, Nobreza e Povo, Moraes Navarro tomava posse e entrava no exercício de seu cargo, após apresentar o Alvará de criação da Vila do Paracatu do Príncipe e a Carta pela qual a Rainha “foi servida fazer-lhe mercê do lugar de Juiz de Fora do Cível e Órfãos desta mesma Vila com graduação de Corregedor, que lhe pertence como criador do dito lugar.” Seu primeiro ato foi mandar que se procedesse a eleição dos Vereadores da primeira Câmara Municipal de Paracatu, que foi eleita e instalada no dia 18 de dezembro.

A CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara era uma antiga instituição lusitana dos governos locais eleitos pelos seus próprios moradores, onde todos eram livres para manifestar o seu pensamento e escolher. As Câmaras Municipais no Brasil, desde a primeira instalada, em São Vicente, em 22 de janeiro de 1532, até a Independência, foram regidas pelas *Ordenações do Reino*.

As Câmaras tinham funções bem amplas. Além das legislativas, exerciam as administrativas e judiciárias. Era de sua competência denunciar crimes e abusos dos juízes, promover o policiamento urbano e rural, a fiscalização da higiene pública e do sossego público; competia-lhes ainda escolher os almotacés, os depositários públicos, os quadrilheiros, os guardas policiais e muitos outros funcionários. Promulgavam ainda as *Posturas Municipais*, que é o conjunto de normas e regras a serem seguidas pelos munícipes, e fiscalizavam o seu cumprimento. Elas constituíam como que um pequeno Estado. Era uma “autêntica democracia representativa”.

As Câmaras Municipais não possuíam quadros permanentes de funcionários. Os encarregados da administração eram eleitos, tendo o mandato de um ano. Eram assim constituídas: um Juiz Ordinário, ou Juiz de Fora, ou Ouvidor Geral que era o Presidente do Legislativo e exercia também as funções de Agente Executivo Municipal (equivalente às do atual Prefeito) e despachava os processos cíveis e criminais; três vereadores, um Procurador, que exercia as funções correspondentes do Tesoureiro; um Escrivão, que era o Secretário e dois almotacés, provedores do abastecimento da terra, de víveres e mercadorias indispensáveis à subsistência e comodidade dos munícipios.

O Juiz Ordinário, os Vereadores, o Procurador e o Escrivão

eram eleitos pelo sistema de votação indireta, dentre os chamados *homens bons*.

Como a Câmara de Paracatu foi criada por um Juiz de Fora, Dr. José Gregório de Moraes Navarro, nomeado com essa finalidade e também com a de criar a Vila, foi ele quem promoveu a eleição.

ELEIÇÃO E POSSE

No dia 18 de dezembro de 1799, o Juiz de Fora, “encarregado da criação da mesma Vila, mandou deitar pregões pelos lugares públicos para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, e condição que seja, suborne nem inquiete a eleição de Oficiais da Câmara a que mandava proceder por virtude da provisão de 25 de abril de 1799 (...) depois destes pregões achando-se juntos em conselho os *homens bons* (...) votassem em seis eleitores dos mais velhos, e zelosos do bem público para elegerem os oficiais da Câmara, que hão de principiar a servir em toda a Vila do Paracatu do Príncipe”. Realizada a devassa, “ninguém saiu culpado”, procedeu-se então a eleição dos seis eleitores.

A eleição se procedeu como mandava a lei, através dos *homens bons*. Um por um votava nos nomes dos seis eleitores a serem escolhidos. O Escrivão ia anotando os nomes votados. A escolha era verbal. A pergunta, no entanto, era feita de modo que os demais *homens bons* não ouvissem as respostas.

Os *homens bons* votavam e podiam ser votados. Eram os brancos de limpo sangue, sem mácula de judeu, mouro, negro e não exerciam ofícios mecânicos (que executavam trabalhos físicos, pesados, manuais). Eram, geralmente os proprietários e considerados membros da nobreza local.

Verificada a votação, “na forma da Lei, foram nomeados a

mais votos para eleitores o sargento-mor Manoel José de Oliveira Guimarães, o capitão José da Silva Paranhos, o capitão José Pinto de Queiroz, o sargento-mor Alberto Duarte Ferreira, Francisco Dias Duarte e Manoel Gonçalves Bragança, aos quais o dito ministro deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles em que puseram suas mãos direitas, debaixo do qual lhes encarregou que fizessem a eleição de três Vereadores e um Procurador do Conselho das pessoas mais nobres e da Governança desta Vila”.

A seguir, os seis eleitores eram separados em grupos de dois, não podendo ser parentes. Separados os grupos, dois a dois, sem que pudessem comunicar-se os de um grupo com os de outro, cada grupo escrevia seu voto para três vereadores e assinavam; finalmente cada grupo de dois eleitores escrevia o nome votado para Procurador, com a assinatura dos eleitores.

Recolhidos os votos dos três grupos o Juiz verificava, então, quais os eleitos que deveriam servir nos próximos três anos e escrevia os seus nomes. Foram eleitos vereadores para a formação da primeira Câmara Municipal de Paracatu: Manoel José de Oliveira Guimarães, Francisco Dias Duarte e José da Silva Paranhos e, Procurador, Luiz José de Carvalho.

Depois de feitas as relações dos eleitos, o Juiz as assinava e, em seguida preparava três pelouros para os vereadores e três para o Procurador. Cada rol de eleitos era envolvido pelo Juiz em uma pequena camada de cera, formando uma bola. Essa bola parecia a uma de metal, lançada pelas armas de fogo, conhecida como pelouro, daí a sua denominação.

Os pelouros eram colocados em um saco, com tantos repartimentos quantos fossem os cargos e, em cada repartimento, escrevia o Juiz o nome do cargo. Esse saco deveria ser guardado em um cofre com três fechaduras, cujas chaves ficavam com os vereadores, com proibição de um entregar a chave para o outro.

Após a proclamação dos eleitos, o “Ministro deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles em que puseram as mãos direitas, e lhe encarregou que debaixo do mesmo juramento servissem os ditos cargos bem e verdadeiramente em suas consciências sem dolo, nem malícia, guardando em todo o serviço de Sua Majestade e o direito às partes, e recebido por ele o dito juramento assim o prometeram fazer, e o dito Ministro lhes deu logo posse dos ditos cargos para os servirem desde o dia de hoje a um ano, ou enquanto não se mandar o contrário”. E assim acabava de ser instalado o 12º município da Capitania de Minas Gerais.

COMEMORAÇÕES

No livro próprio da Câmara foi registrado: “Neste dia dezoito de dezembro de mil setecentos noventa e nove, logo depois da eleição dos oficiais da Câmara se celebrou com a *criação* (o grifo é nosso) com repetidos vivas à Rainha, Nossa Senhora e aos Príncipes, Nossos Senhores, com salvas reais pela tropa paga, e auxiliar, que se achava postada defronte das Casas da Câmara e imediatamente passaram o dito Ministro, a Câmara, Nobreza e Povo com toda a tropa paga e auxiliar, à Igreja Matriz a levantar as mãos ao céu pelo benefício que acabavam de receber.”

Como se vê, foi um dia de muita gala na nova Vila, segundo assegurou o Padre Antônio Joaquim de Souza Corrêa e Melo, na sua oração gratulatória: “...um Arraial, que jazia como desconhecido em um ângulo do Mundo, em um recôncavo de sertões ermos, o eleva, o engrandece, e o faz a sua, bem a sua querida, a sua Vila do Paracatu do Príncipe.”

Os Vereadores trajavam-se à Luiz XV, enquanto as senhoras, em ricos vestidos de seda, se transportavam em palanquins até os locais de cerimônias.

Instalada a Câmara, obedecendo a todos os rigores protocolares do cerimonial, como se viu, encerradas as cerimônias civis, dirigiram-se todos para a Igreja Matriz a fim de renderem graças e louvores a Deus.

“Ali recitou o reverendo Doutor Provisor, Vigário colado da mesma igreja, uma bem elaborada oração gratulatória. Seguiu-se a exposição do Santíssimo Sacramento, a celebração do *Te-Deum* acompanhado tudo da melhor música do País.”

PRIMEIROS AUTOS DE VERAÇÃO

Os vereadores, o procurador, os almotacés e o escrivão recebiam a denominação geral de *oficiais*. Quando todos se reuniam, formavam o Conselho. Quando a reunião era somente do juiz e vereadores, recebia o nome de vereação.

As vereações da Câmara de Paracatu aconteceram depois de 15 de setembro de 1800, quando o Conselho se reuniu para tomada de posse e juramento do Dr. José Gregório de Moraes Navarro, para servir o lugar de Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos, na conformidade do Alvará de 27 de agosto de 1799.

Entre os principais atos da Câmara está o estabelecimento das rendas, em sessão realizada em 27 de setembro de 1800, com a presença do Juiz de Fora, na função também de Ouvidor Geral e Corregedor, os vereadores, o Procurador da Câmara e povo (convocado para se tratar do estabelecimento das rendas). Todos, livre e unanimemente, concordaram em taxar os açougues, pelo número de cabeças abatidas; todas as casas e lotes; o sal da terra que for importado e todo o couro exportado.

Na sessão de 4 de outubro foram estabelecidos 80 mil réis de salários para o Juiz de Fora, Vereadores, Procurador e Escri-

vão da Câmara da Vila, para assistirem às festas e procissões, além das celebrações extraordinárias pelos casamentos e nascimentos dos Príncipes, e pelas Exéquias dos Soberanos, e Pessoas Reais. Além disso, cada uma dessas autoridades tinha ainda direito a meio arroba de cera anual.

Na mesma sessão decidiu-se que o Juiz de Fora teria o mesmo salário do Juiz de Fora de Mariana, já estabelecido no Alvará de 20 de outubro de 1798. Na sessão de 8 de outubro ficou determinado “que se reservasse a terça parte de todas as Rendas do Conselho para as despesas particulares do Príncipe-Regente” e, na oportunidade, o Juiz de Fora Moraes Navarro agradeceu aos vereadores e povo pela boa vontade com que todos concorreram para o estabelecimento das rendas municipais, demonstrando-lhes que seriam aplicadas em obras em benefício do povo.

Sessão de alta importância foi a que se realizou no dia 15 de outubro, com a presença, inclusive, do Juiz Ordinário e Procuradores do Povo do Julgado de São Romão, convocado por Moraes Navarro, quando se tratou da demarcação do Termo da Vila, atendendo às determinações do Alvará de 20 de outubro de 1798, cuja demarcação deveria compreender os lugares que ficassem mais próximos da Vila do que a qualquer outra vila confinante.

Apesar de elevada à categoria de Vila, com a sua existência organizada, através de atos da Câmara Municipal, a crise econômica era das piores. Antônio José Pereira, funcionário responsável pelas fiscalizações, escrevia, em 1807, a seu chefe Manoel Jacinto Nogueira da Gama, dizendo que o estado da Vila era “assaz deplorável, tanto que me é preciso fazer grande violência ao meu ânimo para ensurdecer aos gemidos de tantos aflitos devedores, cuja pobreza e visível impossibilidade que me são patentes, os tornam insensíveis.”

A “Gazeta de Lisboa”, em 25 de abril de 1804, publicou a

nomeação do segundo Juiz de Fora de Paracatu, bacharel Firmino Antônio da Silva Gerales. O seu substituto, bacharel João Evangelista de Faria Lobato, foi nomeado em 1808. O quarto e último Juiz de Fora foi o bacharel Antônio José Vicente da Fonseca, que assumiu as suas funções em 1 de novembro de 1813.

Com a retirada de Moraes Navarro, interinamente, o cargo foi ocupado pelo padre Joaquim de Melo Franco, Vigário Forâneo de Paracatu e, no exercício do cargo, passou a ter influência política, que transmitiu a seus descendentes.

NOVAS REESTRUTURAÇÕES

A lei eleitoral contida nas *Ordenações do Reino* presidiu às eleições municipais, no Brasil, durante quase trezentos anos.

Não foi com a Independência, em 1822, que desapareceu a autonomia municipal. A Constituição de 1824 era realmente unitária e centralizadora. Tinha o objetivo de unir as províncias do Império. Foram, no entanto, a lei de 1 de outubro de 1828 e o Ato Adicional, de 1834, que encerraram por completo a fase da autonomia municipal.

Alguns anos depois, o Ato Adicional, criando as Assembléias Provinciais, retirou às Câmaras todo o resquício do poder que porventura ainda lhes restam. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, as Assembléias passaram, de acordo com a reforma da Constituição, a legislar sobre polícia e economia municipal, fixação de despesas, criação de empregos municipais, fixação de seus salários etc. Cargos policiais, de justiça, de força pública e até da Guarda Nacional passaram, então, do âmbito municipal ao provincial. Foi tal a fiscalização tutelar que as Assembléias passaram a exercer sobre as corporações municipais que, até adeptos da centralização julgaram exagerado o asfixiamento daqueles órgãos.

Nada mais restou, então, das antigas Câmaras.

Doravante, as Câmara Municipais podiam estabelecer o que estava dentro de suas atribuições. Contudo, a execução do que se deliberava só poderia ser concretizado depois de aprovado pelo Governo das Províncias, às vezes pela Assembléia Legislativa, às vezes pelo Presidente. Os municípios viviam, assim, em verdadeiro regime jurídico de tutela.

Com a proclamação da República, modificou-se o clima político-jurídico do País. Entretanto, sem ter sido uma revolução de profundidade, as transformações cifraram-se sobretudo na queda e na substituição das leis vigentes. O Presidente do Legislativo, até 1930, acumulava a função com a de Agente do Executivo. A partir de então houve a total separação dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, passando o Executivo a ser exercido pelo Prefeito Municipal.

Com a instalação do Estado Novo, as Câmaras foram extintas e criou-se o "Conselho de Administração".

Como a eleição dos vereadores se faz dentro dos cânones do sistema de representação proporcional, não é raro encontrar o Executivo e o Legislativo Municipal em lutas e divergências constantes, quando o prefeito não se filia à corrente majoritária da Câmara. O Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, em sua função deliberativa, e pelo Prefeito, em sua função executiva.

A Constituição de 1946 mantém plenamente o sistema tradicional de organização do município brasileiro: o povo elege a Câmara dos Vereadores, bem como o Prefeito, a quem cabe o Poder Executivo.

Com a Revolução de 1964 o governo municipal foi severamente afetado. As medidas decorrentes dos Atos Institucionais e Complementares fortalecendo o Executivo e minimizando o Le-

gislativo sufocaram a ação desenvolvida nas Câmaras Municipais.

A Constituição de 1967 e sua Emenda nº 1 não recompuseram o prestígio das Câmaras Municipais.

Foi só a 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que as aspirações municipais tomaram letra viva no texto constitucional. A partir de então foi dada à Câmara Municipal a competência para elaborar e promulgar a Lei Orgânica do Município, onde a Câmara Municipal dá ao Município a sua organização, consoante suas peculiaridades, obedecidos as competências, os princípios e preceitos da Constituição Federal.

As Câmaras Municipais de outrora, como as de hoje, escrevem a autêntica história, pois, através de seus anais, nos é legada a vida política e administrativa dos municípios. Através desse repositório rico da realidade vivida pelas comunidades é que se pode estruturar grande parte da história de nosso País. A Câmara Municipal de Paracatu completa 200 anos de história da vida política administrativa do mais antigo município das Mesorregiões do Noroeste de Minas e do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Patos de Minas, 4 de dezembro de 1999

**CÓPIA AUTÊNTICA DE TODOS OS AUTOS QUE SE
FIZERAM NO ESTABELECIMENTO DA VILA DO
PARACATU DO PRÍNCIPE, EXTRAÍDA DOS LIVROS
COMPETENTES DA CÂMARA DA MESMA VILA.**

In REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ouro Preto,
Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano I, Fascículo 2, abril a junho
de 1896, p. 347 a 372.

REGISTRO DO ALVARÁ DE VINTE DE OUTUBRO DE MIL SETECENTOS NOVENTA E OITO PELO QUAL SUA MAJESTADE FOI SERVIDA ERIGIR EM VILA O ARRAIAL DO PARACATU, E CRIAR NELA LUGAR DE JUIZ DE FORA, CÍVEL, CRIME E ÓRFÃOS, COM OS ORDENADOS E EMOLUMENTOS, QUE VENCE O JUIZ DE FORA DE MARIANA.

EU A RAINHA. Faço saber aos que este meu Alvará virem: que sendo-me presente em consulta do Conselho Ultramarino a necessidade que havia de se erigir em Vila o Arraial do Paracatu, da Comarca do Rio das Velhas, na Capitania de Minas Gerais, e de se criar nela o Lugar de Juiz de Fora tanto pela grande Povoação do dito Arraial, e dos Lugares mais próximos, que deverão ficar compreendidos no Termo que se lhe assinar, como pela distância de cento e seis Léguas em que está da Vila de Sabará que é cabeça da Comarca, por cujo motivo sofrem aqueles Povos, gravíssimos prejuízos, e danos irreparáveis, já pela dificuldade, e demora dos seus recursos ao Ouvidor da Comarca, principalmente nos casos que pedem mais prontas providências; já pelos excessivos salários que levam os Oficiais de Justiça da Cabeça da Comarca, que tão longe são mandados ao dito Arraial em diligências requeridas pelas partes, ou a bem do Meu Real Serviço; já finalmente por falta de uma boa administração da Justiça tão necessária para a tranqüilidade, e segurança pública. E conformando-me com o parecer do mesmo Conselho, sendo ouvidos os Desembargadores, Procuradores da minha Fazenda e Coroa: Hei por bem erigir o dito Arraial do Paracatu em Vila liberalizando-lhe logo no momento de sua Criação a Mercê de um Juiz de Fora do Cível, Crime, e Órfãos com os Ordenados e Emolumentos que vence o Juiz de Fora de Mariana; regulados estes pelo Alvará de Lei de dez de outubro de mil setecentos cinquenta e quatro para que na sobredita Vila novamente ereta se possa admi-

nistrar a Justiça e promover o bem comum dela como convém ao Serviço de Deus, e Meu; Ordenando como por este Ordeno, que da publicação deste em diante se denomina Vila do Paracatu do Príncipe; e que tenha e goze de todos os privilégios, Liberdades, franquezas, honras, isenções de que gozam as outras Vilas do mesmo Estado do Brasil, e os seus moradores, sem diferença alguma, por que assim é Minha vontade e Mercê. Pelo que Mando a todos os Tribunais, ao Governador, e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais, e a todos os Provedores, Corregedores, Ouvidores, e Juizes, Oficiais de Justiça ou Fazenda, e mais pessoas a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, para que o cumpram, e guardem, e façam inteiramente cumprir, e guardar, como nele se contém, sem dúvida, ou embargo algum, não obstante quaisquer leis, Ordenações, Regimentos, Disposições, Doações, Decretos ou Estilos contrários, que todos para este efeito somente Hei por derogados, como se de todos e de cada um deles fizesse expressa menção, ficando aliás em seu vigor.

Ao Desembargador José Alberto Leitão do Meu Conselho, Desembargador do Paço e Chanceler Mor do Reino; Ordeno que a faça publicar na Chancelaria, e registrar em todos os lugares em que semelhantes Alvarás se costumam registrar, e o original se mandará para a Torre do Tombo. Dado em Lisboa aos vinte de outubro de mil setecentos noventa, e oito. PRÍNCIPE.

REGISTRO DA CARTA PORQUE SUA MAJESTADE FOI SERVIR FAZER MERCÊ AO BACHAREL JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO DO LUGAR DE JUIZ DE FORA DESTA VILA, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Dona Maria por Graça de Deus Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além Mar em África Senhora de Guiné, e

da Conquista Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia etc.

Faço saber a vós Juiz Vereadores, Procuradores Fidalgos, Cavaleiros, Escudeiros, Homens Bons, e Povo da Vila do Paracatu, e a outras quaisquer pessoas a quem esta minha Carta for mostrada, e o Conhecimento dela pertencer, que Eu hei por bem fazer mercê ao Bacharel José Gregório de Moraes Navarro, do Lugar de Juiz de Fora dessa Vila, para o servir com graduação de Correição, que lhe pertence como Criador por tempo de três anos, e o mais que decorrer, enquanto Eu não mandar o contrário, o qual ele servirá segundo a forma de Minhas Ordenações, e com ele haverá o Ordenado prois, e precalços que diretamente lhe pertencerem, e portanto Mando-vos lhe deis posse do dito Lugar, e lhe obedeçais, e cumprais suas Sentenças, Juízos, e Mandados, que ele por bem de Justiça e meu serviço mandar, sob as penas que puser, que serão com efeito executadas naqueles que assim o não cumprirem, e neles incorrerem; e jurará na Chancelaria aos Santos Evangelhos, de que bem e verdadeiramente sirva guardando em tudo Meu serviço, e as Partes seu Direito de que se farão Assentos necessários nas costas desta Carta que por firmeza do referido mandei passar, por Mim assinada, e Selada de Meu Selo pendente que se cumprirá como nela se contém, e remeterá ao Meu Real Erário uma Certidão da Posse logo que a tomar, e outra a Mesa do Desembargador do Paço pena de Suspensão.

Pagou de novos Direitos cento e vinte nove mil cincoenta e nove réis, que se carregarão ao Tesoureiro deles no livro décimo quinto da sua receita, a folhas cento, e trinta e quatro, do tempo que serviu de Juiz de Fora de Terena, e deu fiança no Livro décimo terceiro delas a pagar do Lugar que vai provido logo que conste da sua avaliação, como se viu de um conhecimento requerido no Li-

vro sessenta do Registro Geral a folhas quarenta.

Dada em Lisboa, aos quatro de março de mil setecentos noventa e nove anos. PRÍNCIPE. *Luiz de Vasconcelos e Souza*, Presidente.

REGISTRO DE UMA PROVISÃO PELA QUAL S. MAJESTADE FOI SERVIDA ENCERREGAR AO DR. JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO, CRIADOR DO LUGAR DE JUIZ DE FORA DESTA VILA, DA CRIAÇÃO DA MESMA VILA.

Dona Maria por Graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves, d'aquém, e d'além Mar em África, Senhora da Guiné etc.

Faço saber a vós José Gregório de Moraes Navarro que tendo-vos nomeado para Criar o Lugar de Juiz de Fora da Vila do Paracatu do Príncipe que fui servida erigir no Arraial do Paracatu, e por esperar de vós que Me servireis conforme a confiança que de vós tenho, Hei por bem encarregar-vos também da Criação da mesma Vila debaixo da direção do Governador, e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais a quem participo e Ordeno os preste todo o auxílio que precisares para o efeito da Criação da dita Vila, que se regulará conforme ao estabelecimento das outras do mesmo Estado do Brasil cuidando-se muito particularmente na construção das Casas da Câmara, Cadeia, Pelourinho, Calçadas arruamentos, e tudo o mais pertencente à boa Ordem, Polícia e segurança Pública da mesma Vila, a qual devendo ter o seu Termo demarcado na extensão que lhe competir, passareis logo depois de Eleitos os Officiais da Câmara a tratar com eles de comum acordo sobre os limites por onde será mais conveniente fazer-se a dita demarcação, que com aprovação do dito Governador e Capitão Geral será de forma que em benefício público compreenda os Lugares que ficarem mais próximos à mesma Vila do que às outras

confinantes, que para esse fim serão ouvidas.

E efetuada que seja a diligência e Criação da dita Vila, dareis de tudo conta ao dito Governador, e Capitão Geral que ma fará presente pelo Expediente do Meu Conselho Ultramarino para que eu haja de confirmar, havendo por bem.

Cumpriu assim. A Rainha Nossa Senhora o mandou por seu especial mandado pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho Ultramarino. Mateus Rodrigues Viana a fez em Lisboa a vinte cinco de abril de mil setecentos noventa, e nove anos.

O Conselheiro Francisco da Silva Corte Real a fez escrever. José Sebastião de Saldanha e Oliveira.

Francisco da Silva Corte Real.

Por immediata Resolução de Sua Majestade de doze de maio de mil setecentos noventa e oito, em Consulta do Conselho Ultramarino.

REGISTRO DA PROVISÃO DE TREZE DE AGOSTO DE MIL SETECENTOS E NOVENTA E NOVE SOBRE NOMEAÇÃO DOS OFFICIAIS DA PROVIDORIA DESTA VILA, E TERMO COMO ABAIXO SE DECLARA.

Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além Mar em África, e de Guiné etc.

Faço saber a vós Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes da Vila do Paracatu do Príncipe, que havendo criado de novo a dita Provedoria pela Minha Real Resolução, de vinte e quatro de abril de mil setecentos noventa e nove, ficando anexa o lugar de Juiz de Fora de que vos fiz Mercê. Fui outrossim servido que igualmente como nas mais Provedorias do Ultra Mar houvessem os Officiais competentes, e para proceder à nomeação deles: Hei por bem mandar afixar Editais de trinta dias para que todas

as pessoas que pretenderem os Offícios de Tesoureiro, Escrivão, Promotor, vos entreguem os seus Requerimentos dirigidos a Mim pelo Meu Tribunal de Mesa da Consciência, e Ordens os quais com a vossa informação sobre a idoneidade de cada um dos pretendentes segundo a natureza dos mesmos Offícios, e com o vosso parecer me enviareis em carta cerrada por mão do Deputado Escrivão da Minha Real Câmara que este subscreveu, e assinou.

O Príncipe Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado por Domingos Pires Monteiro Bandeira, e Alexandre Nunes Leal de Gusmão Deputados do sobredito Tribunal:

Joaquim dos Santos Pinheiro a fez em Lisboa a treze de agosto de mil setecentos e noventa e nove. Domingos Pires Monteiro Bandeira a fez escrever.

Alexandre Nunes Leal de Gusmão.

Domingos Pires Monteiro Bandeira.

Por Resolução de Sua Majestade de 24 de abril de 1799, em consulta do Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens de doze do dito mês e ano.

REGISTRO DO ALVARÁ DE 27 DE AGOSTO DE 1799 PELO QUAL SUA ALTEZA REAL O PRÍCIPE REGENTE NOSSO SENHOR FOI SERVIDO FAZER MERCÊ AO DOUTOR JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO CRIADOR DESTA VILA DO PARACATU DO PRÍNCIPE, E DO LUGAR DE JUIZ DE FORA DELA DA SERVENTIA DO OFÍCIO DE PROVEDOR DAS FAZENDAS DOS DEFUNTOS, E AUSENTES, CAPELAS, E RESÍDUOS DA MESMA VILA E SEU DISTRITO, COMO ABAIXO SE DECLARAVA.

Eu o Príncipe Regente. Faço saber aos que este Alvará virem, que havendo erigido em Vila o Arraial do Paracatu, fui outrossim servido Criar nela um Juiz de Fora, que servisse de Pro-

vedor dos Defuntos, e Ausentes, Capelas, e Resíduos, separado da Provedoria da Comarca do Sabará, na Conformidade da minha Real Resolução de vinte quatro de abril do presente ano: E, por esperar que o bacharel José Gregório de Moraes Navarro que fui servido nomear Juiz de Fora da dita Vila, e seu Distrito, em tudo o de que o encarregar Me servirá como convém: Hei por bem, e Me apraz fazer-lho Mercê da Serventia do Officio de Provedor das Fazendas dos Defuntos, e Ausentes, Capelas Resíduos da dita Vila pelo tempo, e Distrito em que servir o Lugar de Juiz de Fora, (se antes não mandar o contrário) e com ele vença e haja o Ordenado, Prois e Precalços, que pelo Regimento (que será obrigado ter) lhe pertencerem:

Com declaração que na forma dele não entenderá nas Fazendas dos Defuntos que em seus Testamentos as deixarem encarregadas a Feitores, ou Procuradores, ou Pessoas nomeadas, que estejam nas terras que assim falecerem, quer em parte, donde possam ser chamadas para virem arrecadar, e administrar as ditas fazendas dentro em trinta dias, contanto que os inventários delas serão feitos pelos Officiais dos Defuntos e Ausentes, de que não levarão direitos nem Ordenados, e só aos Escrivães se pagarão suas Escrituras: e quanto às Fazendas alheias, com que os Defuntos corriam em suas vidas entenderá nelas na forma do seu Regimento. E de todas as causas que no Juízo se moverem pertencentes à arrecadação das Fazendas dos mesmos Defuntos lhe pertencerá o Conhecimento, dando apelação, e agravo às Partes para a Relação respectiva, e por nenhuma via entenderá nas ditas causas outro Ministro de Justiça, ou Fazenda, que resida naquela Vila, e sendo caso que os Capitães Juizes, ou outras quaisquer Pessoas se queiram intrometer nela, sem haver respeito a Eu lhes proibir por um Capítulo do Regimento, Hei por bem e Mando, que o mesmo Bacharel José Gregório de Moraes Navarro proceda con-

tra eles por Autos que remeterá ao meu Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens, e para que isto seja notório se registrará este Alvará nos livros da Câmara da dita Vila onde haverá posse, e juramento dos Officiais dela, para que bem e verdadeiramente o sirva guardando em tudo meu Serviço, e as Partes seu direito; de que de tudo se fará assento nas costas deste Alvará que sendo passado pela Chancelaria Mor do Reino, e Registrado no Registro geral de mercês se cumprirá e guardará como nele se contém.

E pagou de novo Direito dois mil e quinhentos réis, que se encarregaram ao Tesoureiro deles no Livro dezesseis, a folha sessenta, e nove, como se viu do seu conhecimento em forma que se registrou no Livro Maiúsculo 60 à folha cento e noventa, e cinco, e deu fiança no Livro sexto a folhas uma, a pagar do mais tempo que servir. Lisboa, vinte sete de agosto de mil setecentos noventa, e nove. *PRÍNCIPE*.

REGISTRO DA PROVISÃO DO TRIBUNAL DA JUNTA DA REAL FAZENDA DA CAPITANIA DE VILA RICA PARA CRIAÇÃO DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA QUE FOREM NECESSÁRIOS NESTA VILA DO PARACATU DO PRÍNCIPE.

Dona Maria por Graça de Deus Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além, Mar, em África Senhora de Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia.

Faço saber a vós Juiz de Fora da Vila do Paracatu que deveis Criar nessa Vila por Offícios de Justiça que forem necessários a bem do Público, além dos que já se acham Criados, nomeando para a serventia deles pessoas com toda a inteligência passando-lhe vós para isto os competentes Provimientos com a declaração de serem obrigados a satisfazerem a Minha Real Fazenda a terça

parte do seu Rendimento, e o novo Direito a respeito do preço em que houverem de ser Lotados, que devem afiançar na Intendência respectiva dando-me conta de tudo pela Junta de Minha Real Fazenda desta Capitania, para ulteriormente resolver o mais que me parecer justo.

A Rainha Nossa Senhora o mandou por Bernardo José de Lorena do seu Conselho Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, e Presidente da Junta da administração da Real Fazenda da mesma. João de Souza Benevides a fez em Vila Rica, do Ouro Preto aos cinco dias do mês de dezembro de mil setecentos noventa e nove anos e eu Antônio de Brito Amorim Desembargador Intendente, no impedimento do Escrivão Deputado a subscrevi. Bernardo José de Lorena.

AUTO DE POSSE DO DOUTOR JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO, DO LUGAR DE JUIZ DE FORA DO CÍVEL E CRIME, E ÓRFÃOS DESTA VILA COM GRADUAÇÃO DE CORREGEDOR COMO CRIADOR DO MESMO LUGAR.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos noventa e nove anos aos quatorze dias do mês de dezembro do dito ano nesta Vila de Paracatu do Príncipe nos Paços do Conselho onde eu escrivão fui, e bem assim os Juizes Ordinários Caetano Miguel de Moura, e Francisco Dias Duarte, Nobreza e o Povo abaixo-assinados, e sendo aí também presente o Dr. José Gregório de Moraes Navarro, apresentou Alvará de vinte de outubro de mil setecentos, noventa e oito, pelo qual a Rainha Nossa Senhora foi servida erigir o Arraial do Paracatu em Vila o qual Alvará foi logo lido, e publicado: depois apresentou também a sua Carta pela qual a Mesma Senhora foi servida fazer-lhe Mercê do Lugar de Juiz de Fora do Cível Crime e Órfãos desta mesma Vila

com graduação de Corregedor que lhe pertence como Criador do dito Lugar, e finalmente a Provisão de vinte de abril de mil setecentos noventa e nove anos, pela qual Sua Majestade foi servida encarregar o mesmo Ministro da Criação desta dita Vila, e em cumprimento de tudo tomou o dito Ministro posse do dito Lugar para o servir por tempo de três anos, ou em quanto Sua Majestade não for servida mandar o contrário, e para constar fiz este auto que todos assinaram e eu Manuel da Costa Cardoso Escrivão do Público, Judicial e Notas que o escrevi.

José Gregório de Moraes Navarro, Caetano Miguel de Moura, Francisco Dias Duarte, Vigário Antônio Joaquim de Souza Corrêa e Mello, Florêncio Guedes Pinto de Souza Carvalho, Capitão Comandante, José Batista Franco, Alberto Duarte Ferreira, Manoel José de Oliveira Guimarães, José Pinto de Queiroz, Luiz José de Carvalho, Antônio José Pereira, Antônio José Ferreira Souto, Manoel Rodrigues Cordeiro, Padre Manoel da Silva Pereira, Tomé Alves de Araújo, Antônio da Costa Carlos, José Guedes da Silva Porto, Domingos José Pimentel Barbosa, João de Oliveira Paes, Francisco José de Sampaio Silva Guimarães, João Gomes do Rego, José Pereira de Barros, Manoel Nunes Proença, Francisco Manoel Soares Viana, Manoel Pires Bragança, Antônio da Costa Pinto, Tomaz Freire de Andrade, Francisco Xavier da Mota, Sebastião da Silva Leão, Antônio de Brito Freire, Vicente de Almeida Leite, José Corrêa Silva.

AUTO QUE MANDOU FAZER O DOUTOR JUIZ DE FORA CRIADOR DESTE LUGAR, E VILA PARA PROCEDER A ELEIÇÃO DOS OFICIAIS DA CÂMARA.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos noventa e nove, aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Vila do Paracatu do Príncipe, nos Paços do Conse-

lho, onde eu escrivão fui, e sendo aí também presente o Dr. José Gregório de Moraes Navarro Juiz de Fora do Cível, do Crime e de Órfãos com graduação de Corregedor como Criador do dito Lugar, e encarregado também da Criação da mesma Vila, mandou deitar pregões pelos Lugares públicos para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, e condição que seja, suborne nem inquiete a eleição dos Oficiais da Câmara a que mandava proceder por virtude da Provisão de vinte cinco de abril de mil setecentos e noventa e nove, sendo certo que se há de tirar Devassa de Suborno, e que aqueles que ficarem nela compreendidas serão castigados com as penas da Lei; e depois destes pregões achando-se juntos em Conselho os homens bons e Povo desta mesma Vila o dito Ministro lhes disse da parte de Sua Majestade que das Pessoas mais nobres, e da Governança da Terra votassem em seis eleitores dos mais velhos, e zelosos do bem público para elegerem os Oficiais da Câmara, que hão de principiar a servir em esta dita Vila do Paracatu do Príncipe, e de tudo para constar mandou o dito Ministro fazer este auto que assinou, e eu Manoel da Costa Cardoso Escrivão do Público Judicial e notas que o escrevi. *MORAES.*

AUTO DA DEVASSA DE SUBORNO

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos noventa e nove: aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano, nesta Vila do Paracatu do Príncipe Comarca do Rio das Velhas nos Paços do Conselho, onde se achava o Dr. Juiz de Fora do Cível, do Crime, e dos Órfãos, Criador do mesmo Lugar, e Vila José Gregório Moraes de Navarro comigo Escrivão do seu Cargo ao diante nomeado para efeito de tirar a Devassa se alguma pessoa subornou a eleição dos Eleitores, e Oficiais da Câmara, a que se procedeu na forma da Lei, e para constar mandou o dito

Ministro fazer este auto, que assinou, e eu Manoel da Costa Cardoso, escrivão do Público Judicial e Notas que o escrevi. *MORAES*.

Nesta devassa ninguém, saiu culpado.

* * *

PROCEDENDO-SE À ELEIÇÃO dos eleitores saíram eleitos na forma da Lei as pessoas seguintes:

O Sargento-Mor Manoel José de Oliveira Guimarães, o Capitão José da Silva Paranhos, o Capitão José Pinto de Queiroz, o Sargento-Mor Alberto Duarte Ferreira, Francisco Dias Duarte, Manoel Gonçalves Bragança.

Em Câmara de 18 de dezembro de 1799: Juiz de Fora Criador do mesmo Lugar, e Vila José Gregório de Moraes Navarro.

TERMO DE JURAMENTO AOS ELEITORES

Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil setecentos noventa e nove anos nesta Vila do Paracatu do Príncipe Comarca do Rio das Velhas nos Paços do Conselho onde se achava o Doutor José Gregório de Moraes Navarro Juiz de Fora Criador do mesmo Lugar e Vila para se fazer a eleição dos Oficiais da Câmara, e procedendo-se na forma da Lei foram nomeados a mais votos para Eleitores o Sargento-Mor Manoel José de Oliveira Guimarães, o Capitão José da Silva Paranhos, o Capitão José Pinto de Queiroz, o Sargento-Mor Alberto Duarte Ferreira, Francisco Dias Duarte, e Manoel Gonçalves Bragança, aos quais o dito Ministro deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um Livro deles em que puseram suas mãos direitas debaixo do qual lhe encarregou que fizessem a eleição de três Vereadores, e um Procurador do Conselho das pessoas mais nobres, e da Governança desta Vila, ou que seus Pais, e Avós

o houvessem sido, e de idade conveniente, e recebido por ele o dito juramento assim o prometeram cumprir, e de tudo para constar mandou o dito Ministro fazer este termo que assinou com os sobreditos Eleitores, e eu Manoel da Costa Cardoso Escrivão do seu Cargo que o escrevi. *MORAES*.

Manoel José de Oliveira Guimarães, Alberto Duarte Ferreira, Manoel Gonçalves Bragança, José Pinto de Queiroz, José da Silva Paranhos, Francisco Dias Duarte.

* * *

PAUTA DOS OFICIAIS DA CÂMARA desta Vila que foram eleitos na forma da Lei para servirem desde a publicação desta a um ano, ou enquanto se não mandar o contrário.

VEREADORES

Manoel José de Oliveira Guimarães.

Francisco Dias Duarte.

José da Silva Paranhos.

PROCURADOR DA CÂMARA

Luiz José de Carvalho.

Em Câmara de 18 de dezembro de 1799.

O Juiz de Fora Criador deste Lugar e Vila José Gregório de Moraes Navarro.

AUTO DE JURAMENTO E POSSE AOS OFICIAIS DA CÂMARA

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos noventa, e nove aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano nesta Vila do Paracatu do Príncipe nos Paços do Con-

selho onde se achava o Doutor José Gregório de Moraes Navarro, Juiz de Fora do Cível Crime, e Órfãos Criador do dito Lugar, e Vila, e sendo aí publicada a pauta dos Officiais da Câmara, saíram eleitos para Vereadores o Sargento-Mor Manoel José de Oliveira Guimarães, Francisco Dias Duarte, o Capitão José da Silva Paranhos, e para Procurador da Câmara Luiz José de Carvalho os quais sendo presentes o dito Ministro deferiu o juramento dos Santos Evangelhos em um Livro deles em que puseram suas mãos direitas, e lhes encarregou que debaixo do mesmo Juramento servissem os ditos Cargos bem e verdadeiramente em suas consciências sem dolo, nem malícia, guardando em tudo o serviço de Sua Majestade e o direito às partes, e recebido por eles o dito juramento assim o prometeram fazer e o dito Ministro lhes deu logo posse dos ditos Cargos para os servirem desde o dia de hoje a um ano, ou enquanto se não mandar o contrário, e de tudo para constar mandou fazer este auto que assinou com os ditos Officiais da Câmara e eu Manoel da Costa Cardoso Escrivão que o escrevi. *MORAES*.

Manoel José de Oliveira Guimarães, Francisco Dias Duarte, José da Silva Paranhos, Luiz José de Carvalho.

* * *

Neste dia dezoito de dezembro de mil setecentos e noventa, e nove logo depois da Eleição dos Officiais da Câmara se celebrou a criação da Vila com repetidos vivas à Rainha Nossa Senhora, e aos Príncipes Nossos Senhores com Salvas Reais pela Tropa Paga, e Auxiliar, que se achava postada defronte das Casas da Câmara, e imediatamente passaram o dito Ministro, a Câmara, Nobreza e Povo com toda Tropa Paga, e Auxiliar, à Igreja Matriz a levantar as mãos ao Céu pelo benefício que acabavam de receber.

Ali recitou o Reverendo Dr. Provisor Vigário colado da mesma Igreja uma bem elegante Oração Gratulatória. Seguiu-se a Exposição do Santíssimo Sacramento, a celebração do Divino Sacrifício, e por fim o Te Deum acompanhado tudo da melhor música do País.

AUTO DE POSSE E JURAMENTO QUE TOMOU O DOUTOR JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO PARA SERVIR O LUGAR DE PROVEDOR DAS FAZENDAS DOS DEFUNTOS, E AUSENTES CAPELAS, E RESÍDUOS DESTA VILA, E SEU DISTRITO NA CONFORMIDADE DO ALVARÁ DE 27 DE AGOSTO DE 1799.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos, aos quinze dias do mês de setembro do dito ano nesta Vila do Paracatu do Príncipe, Comarca do Rio das Velhas, nas Casas da Câmara da mesma, e bem os Officiais da Câmara desta Vila abaixo assinados, e sendo aí também presente o Dr. José Gregório de Moraes Navarro, Criador da Vila, e do Lugar de Juiz de Fora tomou posse, e juramento para servir e criar de novo o Lugar de Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes Capelas, e Resíduos desta Vila, e seu Distrito na conformidade do Alvará de vinte sete de agosto de mil setecentos noventa e nove que apresentou, e que se mandou registrar no Livro competente e de tudo para constar mandaram fazer este Auto que assinam o sobredito Ministro, Vereadores e Officiais da Câmara, e eu Manoel da Costa Cardoso escrivão da Câmara que o escrevi, e assinei.

José Gregório de Moraes Navarro, José da Silva Paranhos, Francisco Dias Duarte, Manoel José de Oliveira Guimarães, Luiz José de Carvalho, Manoel da Costa Cardoso.

AUTO DE VERAÇÃO EM QUE SE TRATA DO ESTABELECIMENTO DAS RENDAS PARA A CÂMARA DESTA VILA.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, e oitocentos aos vinte e sete dias do mês de setembro do dito ano nesta Vila do Paracatu do Príncipe, Comarca do Rio das Velhas nas Casas da Câmara, onde eu escrivão fui, e sendo aí também presente o Dr. José Gregório de Moraes Navarro, Criador desta Vila, e do Lugar, de Juiz de Fora, e atualmente Ouvidor Geral, e corregedor desta Comarca, os Oficiais da Câmara, Nobreza, e Povo abaixo assinados, e convocados para se tratar do estabelecimento das Rendas da mesma Câmara, depois de darem cada um livremente os seus votos, acordaram uniformemente, que visto não ter a Câmara outras Rendas mais do que as provenientes das afilações, e das Cabeças de gado que se cortam nos açougues, as quais não são bastantes, para as despesas públicas necessárias, se estabelecesse o pequeno foro de oitenta réis por braça em todas as Casas, Quintais, e Propriedade desta Vila existem medidas pela frente da Rua principal, onde se estiverem as ditas Propriedades, e este mesmo foro se imporá em todas as Casas, que daqui por diante se erigirem nesta Vila excetuando-se somente as casas e quintais existentes nos arrebalde desta Vila pertencentes a pessoas pobres e miseráveis: Que se medisse, e demarcasse uma Léguas de terra em quadro fazendo pião, ou baliza, de onde deverá principiar a medição nas Casas da Câmara, e todo este terreno assim medido, e demarcado ficará sendo foreiro à mesma Câmara, e ninguém poderá nele erigir Casas, Quintais, Hortas, nem fazer Outra qualquer Propriedade, sem medição, demarcação e aforamento feito pela mesma Câmara, a qual lhe arbitrará o foro que lhe parecer mais justo, e conveniente conforme o Sítio das Propriedades, e o tamanho delas, e as Casas, Fazendas, Quintais,

ou hortas, que se acharem já dentro desta demarcação pagarão um foro módico, que se lhe arbitrar a proporção da grandeza do Edifício, Quintal ou chácara.

Que de cada sarrão de sal da terra que entra para esta Vila, e seu Termo, se pague a Câmara vinte réis, e de cada couro de boi que sair desta Vila, e Termo para fora pague o comprador vinte réis, e que a mesma Câmara poderá fazer administrar todas estas rendas da maneira que lhe parecer mais justo, e conveniente, ou pondo-as em arrematação todas juntas, ou cada uma delas separadamente com as fianças, e cautelas necessárias, ou cometendo a sua administração, e cobrança às pessoas fiéis, e capazes de toda a satisfação, arbitrando-lhes ordenados competentes, a proporção do trabalho, e de tudo para constar mandaram fazer este auto que assinaram, o sobredito Ministro, os Oficiais da Câmara, Nobreza e Povo e eu José Guedes da Silva Porto Escrivão da Câmara que o escrevi.

José Gregório de Moraes Navarro, o capitão José da Silva Paranhos, Vereador mais Velho que serviu de Juiz de Fora, o Vereador Francisco Dias Duarte, o Sargento-mor Manoel José de Oliveira Guimarães, o Procurador da Câmara Luiz José de Carvalho, Florêncio Guedes Pinto de Souza Carvalho, Capitão Comandante, Sargento-mor Alberto Duarte Ferreira, o Capitão José Pinto de Queiroz, Estêvão José Gomes Camacho, Almotacé, o juiz Almotacé – Alexandre José Pereira Castro, o Capitão José Pereira Barros, o Capitão Antônio da Costa Carlos, o Tenente Francisco José de Sampaio e Silva, o Tenente Sebastião José de Carvalho, o Alferes Antônio da Costa Pinto, o Alferes Manoel Nunes Proença, Manoel da Fonseca Silva, o guarda-mor Francisco Manoel Soares Viana, Antônio de Brito Freire, José Corrêa, Manoel Rodrigues Alves, Manoel da Costa Cardozo, Caetano Miguel de Moura, Vicente de Almeida Leite, Antônio Duarte de Paiva, Domingos Soares da Cos-

ta, Antônio Neto Carneiro, Luiz Pereira da Cunha, Manoel Gonçalves Bragança, Antônio Pimentel Barbosa, Custódio José de Oliveira, o Capitão Manoel Pires Bragança, Joaquim José Coutinho, o Vigário Geral Forâneo e Provisor José de Pina Vasconcelos, o Tenente Tomé Alves de Araújo, o Padre José de Brito Freire, Antônio José Pereira Cidade, o Padre Manoel Rodrigues Cordeiro, o Padre Manoel José Ferreira Souto, o Capitão Juiz Ordinário de São Romão Manoel Rodrigues Lima, Miguel Fernandes Viana, Manoel Pereira da Silva, o Tabelião do Julgado de São Romão, Bento Joaquim de Albuquerque, o Padre Manoel da Silva Pereira.

AUTO DE VERAÇÃO EM QUE SE DETERMINOU AS PROPINAS QUE DEVIAM VENCER OS OFICIAIS DA CÂMARA.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, e oitocentos, aos quatro dias do mês de outubro do dito ano nesta Vila do Paracatu do Príncipe, Comarca do Rio das Velhas, nas Casas da Câmara da mesma, onde eu Escrivão fui, e bem assim o Dr. José Gregório de Moraes Navarro, Criador da mesma Vila, e do Lugar de Juiz de Fora, e Oficiais da Câmara, Nobreza e Povo abaixo assinados para efeito de estabelecerem as propinas que deverão vencer o Juiz de Fora Vereadores, Procurador e Escrivão da Câmara desta Vila, e tendo bem visto a Certidão das propinas que vencem o Juiz de Fora, e Oficiais da Câmara da cidade de Mariana, determinaram que o Ministro, e Oficiais da Câmara desta Vila cada um vencesse pelos bens do Conselho oitenta mil réis de propina por assistirem as Festas, e Procissões que abaixo se declaram, além daquelas que se celebrarem extraordinariamente pelos Casamentos e Nascimentos de Príncipes, e pelas exéquias dos nossos Augustos Soberanos, e Pessoas Reais, porque de assistência de cada uma destas vencerão a mesma propina que tiverem por

assistir a cada uma das outras festas, ou Procissões Ordinárias, e além disso cada um dos sobreditos teria mais de propina meia arroba Cera anual, e de tudo para constar mandou o dito Ministro fazer este auto, que assinou, e eu José Guedes da Silva Porto, escrivão da Câmara, que o escrevi.

FESTAS, E PROCISSÕES A QUE DEVERÃO ASSISTIR O JUIZ DE FORA, E OFICIAIS DA CÂMARA PARA VENCER AS PROPINAS QUE LHES SÃO ESTABELECIDAS, DE OITENTA MIL RÉIS, E MEIA ARROUBA DE CERA PARA CADA UM.

Festa do Dia de Corpo de Deus.

A de Santa Isabel, ou da sua Visitação a Nossa Senhora.

A do Anjo Custódio do Reino.

A de Santo Antônio que é Orago da Matriz desta Vila.

A de São Sebastião.

A das Ladainhas dos Santos.

A Publicação da Bula da Santa Cruzada.

A do dia de São Silvestre, em que deverá haver *Te Deum Laudamus*.

Da assistência de cada uma destas Festas ou Procissões vencerá o dito Ministro, e Oficiais da Câmara, cada um dez mil réis, que vem a fazer a quantia de oitenta mil réis de Propinas, a metade das que vencem o Juiz de Fora e Oficiais da Câmara da Cidade de Mariana, e o Alcaide, e seu Escrivão, que são Oficiais próprios da Câmara vencerão cada um deles meias Propinas, e assim acordaram todos uniformemente e assinaram, e eu José Guedes da Silva Porto Escrivão da Câmara que o escrevi.

José Gregório de Moraes Navarro, José da Silva Paranhos, Francisco Dias Duarte, Manoel José de Oliveira Guimarães, Luiz José de Carvalho, José de Pina Vasconcelos, Manoel Rodrigues

Lima, Manoel Pires Bragança, o Padre José de Brito Freire, Manoel Caetano de Moraes, o Vigário Manoel Rodrigues Cardoso, Estêvão José Gomes Camacho, Antônio de Brito Freire, José de Barros Albuquerque, Manoel Nunes Proença, Alberto Duarte Ferreira, Caetano Miguel de Moura, Antônio Duarte de Paiva, José Pinto de Queiroz, Bento Joaquim de Albuquerque, Miguel Fernandes Viana, Antônio Pimentel Barbosa, Manoel Pereira da Silva, Antônio José Pereira Cidade, Antônio da Costa Pinto, Sebastião da Silva Leão, Antônio da Costa Carlos, José Soares Rodrigues, José Corrêa Silva, Manoel Gonçalves dos Santos, Manoel Rodrigues Alves, Miguel Leite de Faria, Tomé Alves de Araújo, Joaquim José Coutinho.

TERMO DE DECLARAÇÃO AO ACÓRDÃO RETRO, EM QUE SE DETERMINOU, QUE O JUIZ DE FORA DESTA VILA HAJA DE TER AS MESMAS PROPINAS QUE VENCE O JUIZ DE FORA DE MARIANA NA CONFORMIDADE DO ALVARÁ DE 20 DE OUTUBRO DE 1798.

Nesta mesma Vereação acordaram, o sobredito Ministro, Oficiais da Câmara, Nobreza, e Povo abaixo assinados, que o Juiz de Fora desta Vila haja de ter as mesmas propinas, que vence o Juiz de Fora da Cidade de Mariana na Conformidade do Alvará de vinte de outubro de mil setecentos noventa e oito em atenção aos incômodos, e despesas de Longas jornadas por caminho de Sertão, e ao pequeno rendimento, e muito trabalho do Lugar, e para constar mandaram fazer este termo, que assinaram, reformando nesta parte o Acórdão anterior, que em tudo ou mais ficará em seu vigor e eu José Guedes da Silva Porto Escrivão da Câmara que o escrevi.

José Gregório de Moraes Navarro, José da Silva Paranhos, Francisco Dias Duarte, Manoel José de Oliveira Guimarães, Luiz

José de Carvalho, José de Pina Vasconcelos, Vigário Manoel Rodrigues Cordeiro, Manoel Rodrigues Lima, o Padre José de Brito Freire, Antônio de Brito Freire, Manoel Pires Bragança, Estêvão José Gomes Camacho, Alexandre José Pereira Castro, Alberto Duarte Ferreira, Caetano Miguel de Moura, Miguel Fernandes Viana, Manoel Pereira da Silva, Antônio da Costa Pinto, Antônio da Costa Carlos, Sebastião da Silva Leão, Antônio Pimentel Barbosa, Joaquim José Coutinho, Antônio José Pereira Cidade, Tomé Alves de Araújo, Manoel Rodrigues Alves, José Corrêa Silva, José Pinto de Queiroz.

AUTO DE VERAÇÃO EM QUE SE DETERMINOU POR ACÓRDÃO DA CÂMARA, NOBREZA E POVO QUE SE RESERVASSE A TERÇA PARTE DE TODAS AS RENDAS DO CONSELHO PARA AS DESPESAS PARTICULARES DO PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos aos oito dias do mês de outubro do dito ano, nesta Vila do Paracatu do Príncipe Comarca do Rio das Velhas em Casas da Câmara onde se achava o Dr. José Gregório de Moraes Navarro Criador da mesma Vila, do Lugar de Juiz de Fora, e que atualmente serve de Ouvidor Geral, e Corregedor desta Comarca, sendo aí também presentes os Oficiais da Câmara Nobreza e Povo abaixo assinados o dito Ministro lhes Louvou, e agradeceu a boa vontade, prudência e zelo com que todos concorreram uniformemente para o estabelecimento das rendas deste Conselho, fazendo-lhes ver que sendo elas bem aplicadas para as obras públicas e necessárias de Chafarizes, Fontes, Pontes, Calçadas, Caminhos, e Criações de Enjeitados vinham a ceder em benefício comum dos moradores do mesmo Distrito, recebendo a Câmara por uma mão, e

espalhando por outra com utilidade pública, e vantagem não só de todos os moradores deste Distrito, mais ainda de todos os Viantes das diferentes Capitâneas, que por ele transitarem. Lembrou-lhes também o dito Ministro os grandes benefícios que Sua Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor lhes acabava de fazer, erigindo este d'antes Arraial, em Vila, liberalizando-lhes logo no momento de sua Criação a Mercê de um Juiz de Fora do Cível, Crime e Órfãos, encarregado da Criação da mesma Vila, e que servisse também de Provedor das Fazendas dos Defuntos, e Ausentes, Capelas, e Resíduos, e fazendo-lhes finalmente a Graça de honrar esta Vila do Paracatu do Príncipe com o Nome do seu augusto Título; e penetrados todos dos mais ternos sentimentos acordaram uniformemente que de todas as rendas do Conselho, já estabelecidas, e das que para o futuro se estabelecerem se reserve a terça parte para as despesas particulares do Príncipe Regente Nosso Senhor, suplicando-lhe que se digne de aceitar este humilde, simples, pequenino, mas verdadeiro, e puro sinal da nossa gratidão, e oferecendo-lhe sem reserva as nossas pessoas, vidas e Fazendas em todas as ocasiões que for preciso sacrificá-las em abono do nosso amor, e da nossa felicidade e de tudo para constar mandou o dito Ministro fazer este auto que assinou com os ditos Oficiais da Câmara, Nobreza, e Povo, e eu José Guedes da Silva Porto Escrivão da Câmara que o escrevi.

José Gregório de Moraes Navarro, José da Silva Paranhos, Vereador mais velho, Vereador Francisco Dias Duarte, o Vereador Manoel José de Oliveira Guimarães, o Procurador Luiz José de Carvalho, Florêncio Guedes Pinto de Souza Carvalho, Capitão Comandante, o Provisor, e Vigário Geral Forâneo, José de Pina Vasconcelos, o Vigário Manoel Rodrigues Cordeiro, o Padre Manoel Pereira do Amorim, o Padre José de Brito Freire, Manoel Rodrigues Lima, Alberto Duarte Ferreira, Caetano Miguel de Moura, Miguel

Fernandes Viana, Manoel Pereira da Silva, Antônio da Costa Pinto, Antônio da Costa Carlos, Estêvão José Gomes Camacho, Sebastião da Silva Leão, Manoel Pires Bragança, Manoel Caetano de Moraes, Alexandre José Pereira de Castro, Antônio de Brito Freire, Antônio Neto Carneiro, Joaquim José Coutinho, Domingos Soares da Costa, José Pereira de Barros, Francisco Rodrigues Cordeiro, o Guarda-Mor Francisco Manoel Soares Viana, Vicente de Almeida Leite, Luiz José de Barros, Antônio Pimentel Barbosa, Antônio José Pereira Cidade, Tomé Alves de Araújo, Manoel Rodrigues Alves, José Corrêa da Silva, José Pinto de Queiroz.

AUTO DE VERAÇÃO EM QUE SE TRATOU DA DEMARCAÇÃO DO TERMO DESTA VILA.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos anos aos quinze dias do mês de outubro do dito ano, nesta Vila do Paracatu do Príncipe Comarca do Rio das Velhas, em Casas da Câmara da mesma onde se achavam o Dr. José Gregório de Moraes Navarro, Criador desta Vila, e do Lugar de Juiz de Fora, que atualmente serve de Ouvidor Geral, e Corregedor da Comarca, os Oficiais da Câmara, Nobreza, e Povo desta Vila, o Juiz Ordinário, e Procuradores do Povo do Julgado de São Romão abaixo assinados, e convocados pelo dito Ministro para tratar com eles de comum acordo, sobre os Limites por onde será mais conveniente fazer-se a Demarcação do Termo desta Vila, de maneira que em benefício público compreenda os Lugares que lhe ficarem mais próximos do que a outra qualquer Vila confinante, na Conformidade do Alvará de vinte de outubro de mil setecentos noventa e oito, e depois de darem cada um seus votos, e de serem vistas, e examinadas as informações, e memórias de pessoas antigas fidedignas, e de mais conhecimento, e experiência do País, acordaram

uniformemente que se deve anexar ao Termo desta Vila o Julgado e Distrito de São Romão, e fazer-se a demarcação por balizas certas, e naturais de Rios de Serras principiando no Porto Real do Rio de São Francisco, seguindo por ele abaixo até a barra do Rio das Velhas, desta ao Julgado de São Romão, deste até a barra do Carinhanha, desta seguindo o dito Rio Carinhanha acima até as suas cabeceiras nas Chapadas de Santa Maria destas as cabeceiras do Rio Preto, *destas seguindo pelo Rio dos Arrepellidos acima até as suas cabeceiras, destas cortando em rumo direito ao Rio de São Marcos, indo por ele até fazer barra no Rio da Pernaíba*, e seguindo por este Rio acima até as suas cabeceiras, e destas atravessando em rumo direito para o Registro dos Ferreiros, e descendo pelo Rio do Funchal abaixo até a sua barra no Indaiá e por este abaixo até a sua embocadura no Rio de São Francisco, e por este abaixo, até o mesmo Porto Real onde se principiou a Demarcação. Ficam dentro deste Círculo as Povoações do Julgado de São Romão, Salgados, Ribeiros do Urucuia, do Acarí, dos Pandeiros de Baixo, Pernassu, Rio Pardo, Rio Preto, Carinhanha, Chapadas de Santa Maria e todas as Fazendas da Picada de Goiás, saindo desta Vila pela Estrada que vai ao Bambuí, até os Ferreiros, que vem a ser as vazantes: Andrequicé, Almas, Onça, Patos, Babilônia, Aragões, Cortume, Riacho de São João, Ferreiros, e todas estas Povoações já pertenciam aos Distritos de São Romão, ou do Paracatu por posse antiga. Representou-lhes então o dito Ministro que anexando-se o Julgado, e Distrito de São Romão, ao Termo desta Vila e não podendo em um mesmo Termo haver dois Julgadores que conheçam na mesma Instância, era necessário abolir-se o dito Julgado, e que o Juiz de Fora desta Vila em distância de cinquenta Léguas, não podia bem administrar Justiça, nem dar prontas providências nos casos ocorrentes, que ele vinha Criar, e não abolir, e que não queria encarregar-se de obrigações que

não pudesse cumprir perfeitamente para não ficar responsável por elas a Deus, ao Príncipe, e ao Estado: Responderam-lhe os ditos Officiais da Câmara, Nobreza e Povo desta Vila, o Juiz Ordinário e Procuradores do Povo de São Romão que na presente conjuntura havendo nesta Vila Juiz de Fora, era não só útil, mas necessário abolir-se o Julgado de São Romão anexando-se ao Termo desta Vila com todo seu Distrito porque o dito Julgado dista desta Vila só cinquenta Léguas, e da Vila de Sabará para onde até agora se recorria dista a noventa e seis Léguas, e por isso quase nunca aí vão de Correição os Ouvidores da Comarca, e a experiência de muitos anos tem mostrado, que nos Lugares de pequena Povoação onde não há Letrados, nem abundância de homens para servirem com desempenho os empregos públicos, e onde não vão os Ministros de Correição todos os anos, a Justiça não é bem administrada por homens Leigos, e ignorantes de Direito, que finalmente a Freguesia desta Vila compreende não só o Julgado, e Distrito de São Romão, mais ainda outros Lugares de mais longe, e se o Vigário desta Vila pode cumprir os seus deveres em maiores distâncias, melhor o poderá fazer o Ministro Secular indo todos os anos residir naquele Arraial de São Romão um mês, ou dois para de mais perto administrar Justiça aos Povos, Criando-se um Juiz da Vintena naquele pequeno Arraial, um Tabelião para aprovar testamentos, e um Sub-Provedor com seu Escrivão para arrecadar os bens dos Ausentes, e dos Órfãos, o que sendo ouvido pelo dito Ministro se convenceu da verdade desta resposta, e da necessidade que havia de abolir-se o dito Julgado, onde havia treze anos que não iam de Correição os Ouvidores do Sabará por causa de sua grande Longitude, e esta mesma falta experimentavam os Povos desta Vila.

Portanto concordando com o voto geral de todos resolveu que se fizesse a Demarcação pelas balizas acima declaradas, e depois de

se haver a aprovação do Ilustríssimo e Excelentíssimo General desta Capitania a quem passava a dar imediatamente conta, ficaria a Demarcação em seu vigor, e se haveria por abolido o dito Julgado de São Romão e se tomariam justas medidas para que aqueles Povos experimentassem os efeitos de uma Justiça mais bem administrada, e de tudo para constar mandou o dito Ministro fazer este Auto que assinou com os sobreditos Oficiais da Câmara, Nobreza e Povo desta Vila, Juiz Ordinário e Procuradores do Povo do Julgado de São Romão e eu José Guedes da Silva Porto Escrivão da Câmara, que o escrevi, e assinei.

José Gregório de Moraes Navarro, José da Silva Paranhos, Francisco Dias Duarte, Manoel José de Oliveira Guimarães, Luiz José de Carvalho, José Guedes da Silva Porto, Manoel Pires Bragança, Manoel Caetano de Moraes, Florêncio Guedes Pinto de Souza Carvalho, Capitão Comandante, o Vigário Manoel Rodrigues Cordeiro, o Vigário Geral Forâneo, José de Pina Vasconcelos, o Coadjutor José de Souza Corrêa Landim, o Padre José de Brito Freire, o Padre Manoel Pereira do Amorim, Vicente de Almeida Leite, o Guarda-Mor Francisco Manoel Soares Viana, Antônio Pimentel Barbosa, Manoel Gonçalves Bragança, Alberto Duarte Ferreira, José Pinto de Queiroz, Antônio da Costa Carlos, Antônio Duarte de Paiva, Alexandre José Pereira Castro, Francisco José de Sampaio Silva, Estêvão José Gomes Camacho, Antônio da Costa Pinto, Antônio de Brito Freire, Miguel Leite de Faria, Luiz José de Barros, Manoel Rodrigues Lima, Juiz Ordinário de São Romão, Miguel Fernandes Viana, Procurador do Povo de São Romão, José Joaquim de Mendonça Lima, Bento Joaquim de Albuquerque, Francisco Xavier Vieira, Manoel Nunes Proença, Domingos Soares da Costa, Manoel Rodrigues Alves, Custódio José de Oliveira, Sebastião da Silva Leão, Luiz Pereira da Cunha, Antônio José Pereira Cidade, Domingos da Fonseca Silva, Francisco Rodrigues Cordeiro, Tomé Alves de Araújo, Antônio Neto Cordeiro, Manoel Pereira da Silva, Procurador do Povo de São Romão.

MAPA DOS HABITANTES EXISTENTES DENTRO DA VILA DO PARACATU DO PRÍNCIPE NO ANO DE 1800.

ESTADOS		BRANCOS	MULATOS		PRETOS	
			Livres	Cativos	Livres	Cativos
Casados		77	147	2	109	10
Solteiros		173	840	23	700	786
Viúvos		16	33		15	
TOTAL	2.931	266	1.020	25	824	796

MAPA DOS HABITANTES DE TODA A FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA MANGA, VILA DO PARACATU DO PRÍNCIPE BISPADO DE PERNAMBUCO NO ANO DE 1800.

ESTADOS		BRANCOS	MULATOS		PRETOS	
			Livres	Cativos	Livres	Cativos
Casados		610	1.608	70	718	83
Solteiros		850	3.317	209	1.949	4.307
Viúvos		209	390	23	146	30
TOTAL	14.519	1.669	5.315	302	2.813	4.420

Manoel Bernardes Varela da Fonseca, escrivão da Ouvidoria Geral e Correição desta Comarca do Rio das Velhas por Provisão do Tribunal da Junta da Administração da Real Fazenda desta Capitania de Minas Gerais.

Certifico, e porto por fé, que a cópia de todos os autos que se acham escritos neste Livro desde folha uma até quarenta e seis está conforme com os originais que se acham escritos nos Livros competentes da Câmara desta Vila dos quais foi extraída a dita cópia por mandado do doutor José Gregório de Moraes Navarro Juiz de Fora criador desta mesma Vila que atualmente serve de Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca. E por verdade passei este que assino e conferi com o dito Ministro. Vila do Paracatu do Príncipe 4 de novembro de 1800.

José Gregório de Moraes Navarro.

Manoel Bernardes Varela da Fonseca.

ORAÇÃO GRATULATÓRIA NA EXALTAÇÃO DO PARACATU, À VILA DO PARACATU DO PRÍNCIPE, PELO VIGÁRIO DE TODA A FREGUESIA DO SANTO ANTÔNIO, E DE SÃO ROMÃO DA MANGA, POR MERCÊ DE SUA MAJESTADE, QUE A FEZ E RECITOU.

ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA CORRÊA E MELO.

(Original do Arquivo)

Que estrondosos aparatos! Que magníficos ornamentos! Que agradável riso! Que sons de grande prazer! Que riquíssimas galas a todos adornam! Fora do Santuário também este, como a Esposa quando caminha para as bodas! As veneráveis cãs, se até agora penteando desenganos, agora mostrando-se varões ilustres, gloriosos, cheios de graça, quais ínclitos da antiga Sião! Os moços são uns Nazareos nunca tonsurados, todos brilhantes, todos especiosos: os mesmos insensíveis, as casas, as ruas, toda esta Povoação respira alegria sem dissabores, grandeza sem vaidades, modéstia majestosa sem cobardias! E isto em uns tempos estéreis, pobres, os tenebrosos dias do inverno; em uns tempos, que tantas Nações

vem, e lamentam talhadas suas searas, demolidas suas cidades, arrasadas suas Torres, quebradas suas colunas, em pó suas alfaias, as suas preciosidades, os seus tesouros nas mãos inimigas, também as vidas de muitos seus, também a deliciosa liberdade verdadeira de inumeráveis, também enterradas as ciências, sepultada a preciosa sabedoria, acabado o bom gosto, a Celestial verdade, a Fé quase a pique a barca de Pedro, e querendo as portas do Inferno engoli-la! Em um tempo, que os mais brilhantes, iluminados, poderosos, e impávidos impérios, ou se mostram campos, em que houve Troias, ou nem o lugar se vê, em que já foram: em uns tempos, que terras mares, tudo mostra estragos catástrofes, ruínas, abominações, a maior desolação, fome, mendiguês, e angústia! Tu, ó habitação bem aventurada, já escultas, tu brilhas, tu floresces, tu... Ó quanta inveja causará aos teus vizinhos, aos teus amigos, aos estranhos, quase a este todo, também ao mais antigo mundo! *Benedictus Deus, et Pater Domini Nostri Jesu Christi, Pater Misericordiarum, Deus totius consolationis, qui consolatur nos in omni tribulatione.* – 2 Cor. 1 –

Preclaríssimo, Sábio, Iluminado, e aqui Régio Chefe da Justiça e Virtude Vinda do Céu, e Vós, preclaríssimos Senadores, tais como Vosso cabeça, e como este de Deus pela nossa Augusta e Fidelíssima Soberana recebeis o poder, e representais a grandeza, regal Sacerdócio, Nobreza, Ilustríssimo Congresso, Gente Santa e Povo escolhido - Bendito seja Deus, e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, Pai das misericórdias, Deus de toda consolação, que nos consola *in omni tribulatione.*

Lembra-me, que lá a gente de dura garganta, de corações de pedra, celebrava a Páscoa, por Deus ter salvado os seus primogênitos na geral mortandade das de todos os Egípcios: Pentecoste, por lhe ter dado as Leis no Sinai; a das Trombetas, por terem chegado a um ano novo; a das Luminárias, por salvar Betúlia;

a do Purim, por escaparem da cilada do soberbo válido Aman; a das Tendas, pelos frutos novos, outras muitas; como a da Senopégia, a das Esenias, todas em agradecimentos por benefícios. Lembra-me, que esse Povo inconstante, porque o Senhor lhe abriu o caminho por meio de Heritreo, lhe levantou doze padrões que até os seus vindouros mostrassem o benefício, que tinham recebido; que esses mesmos que apenas souberam sacrificar vítimas corruptíveis, porque o Deus de seus Pais os libertou do poder dos Reis Pastores, em suas mãos quizeram trazer escritas esta Mercê, para que nunca lhe esquecesse.

Lembra-me, que ainda uns bárbaros, uns idólatras, uns Baltazares, uns Nabucos, uns Faraós, aqueles com Daniel, este com José foram gratos. Que até o boi e outro animal bem grosseiro; que todas as criaturas, ainda insensíveis, como os campos, os montes, os prados, reconhecem a Primavera. Que enfim - *Ignis, grandis, nix, glacies, spiritus procellarum faciunt verbum ejus*.

Então só nós seremos insensíveis até tanto, que nem reconheceremos a um grande benefício nem daremos as graças devidas ao Supremo Benfeitor? Está bem longe de ânimos tão generosos, idéia assim grosseira. Em desempenho a seu dever, já que não posso mais, deste lugar alto, e da verdade, exporei quanto alcance do benefício presente. E vós, preclaríssimo Ministro Régio, Senado Real, Venerando Sacerdócio Nobreza, todos obrareis o que vossas Almas grandes vos inspiram.

Quão outros já fostes nos séculos passados, vós ó montes, ó vales, ó campinas, ó rios, ó rochedos! Apenas sustentáveis feras, apenas vos pisaram monstros, o precioso de vossas entranhas já sepultado nas da terra, as vossas árvores sendo talvez bem para estimar, só nutriam os fogos vorazes: as vossas aves eram todas bravias; e alguns quase homens, que para aqui, penso, arrojou algum sobejo do dilúvio, bem pouco eram diferentes das mesmas

feras. Tinham, se, maiores mas sem polícia, mas sem doutrina, sem civilidade alguma por gênio, por criação Esaus, em tudo Esaus ou feros Cains. Chegou a feliz época de Cristóvão Cólon: cede a maior dos grandes Estados da Bahia, seus domínios, seus direitos todas as suas jurisdições aos Senhores Reis de Portugal e dos Algarves, livremente lhe dá tudo: abençoam os Sumos Sacerdotes as santas intenções dos nossos Monarcas, os Calistos, os Nicolaus, outros; bem como dando exercício, e uso a uma das chaves: passa o Senhorio por contrato, que legitima o Direito natural também o das Gentes, ainda o Sagrado confirma e abençoa a Nação Portuguesa: Logo a maneira do Sol, quando se ergue no Horizonte, depois de uma noite tenebrosa, que tudo ilumina, que a tudo dá cor, que reparte mil graças, o matiz, a beleza, o brilhante; assim se viu, e se alcança ainda agora. Tudo se renovou, tudo se melhorou; a mesma Primavera não melhora tantos quanto aqui o braço Português; que aquela só enriquece os corpos; esse adornou os mesmos espíritos.

Com o senhorio da Bahia, e seus recôncavos, também com os mais direitos que a Portugal cedera aquela heroína, que tudo já na Igreja da Graça, desse grande Porto Americano, e que de tudo era Legítima Senhora, ainda por guerra justa, e muito religiosa vieram à Coroa Portuguesa os dilatados sertões, veio este clima, e enfim, veio principalmente dado pelo mesmo Rei dos Reis, que concedera ao seu antigo Israel à custa da destruição de muitos Reinos à Terra prometida. Assim é Senhora destes Estados a Soberana Rainha Fidelíssima. Aqui apesar do engano de Delile, e de outros sábios geógrafos, não em Lagoas, mas em rios deu o Altíssimo aluviões de ouro. Aqui nutriu, e engordou a inumeráveis homens. Aqui fez ver-se como o mundo em uma só povoação. Aqui fez-se erigirem muitos Altares, e brilharem as maiores solenidades do nosso Israel: tudo nos campos mais agrestes, mais rústicos, mais grosseiros.

Agora parecia, que mil monstros, que haviam gerado os vícios, também ingratidões, que secam as fontes das misericórdias, que as vicissitudes mundanas levavam esta povoação ao seu fim; eis que a Mão Onipotente acode, o bem se restaura, e renasce aqui mesmo. Sim; a sempre Augusta, a sempre Grande, a muito Pia, Religiosa e Santa Rainha Fidelíssima, a que tem o poder por Deus – *Per me reges regnant*: Aquela a quem devemos obedecer, não só por temor – *Non tantum propter iram, sed propter conscientiam* – A que vigia, e zela sempre sobre a nossa felicidade, não menos ansiosa pelo nosso bem, do que antigamente Moisés pelos dos Israelitas, seguindo não os conselhos do Getro, mas os do que o guiara, os de Deus; seguindo as máximas do muito pio, e religioso Josafá, elege para aqui mesmo manter a paz pública um Sábio, um iluminado, um prudente Ministro: autoriza-o para Pais dos Órfãos, para amparo das Viúvas, para conservador da República, para manter a Polícia, para conservar a Religião. Nem contato se satisfaz sua generosíssima liberalidade: quer que o benefício chegue a todos. Põem-lhe na mão, mão já destra, já por muitos anos experimentada, e provada, o discernimento entre a verdade e a mentira, entre o meu, e o teu, entre a honra e a infâmia, entre a paz, e a desordem, entre o justo, e o ímpio: nem ainda se dá por satisfeito seu magnânimo coração: quer que o benefício se estenda até além do Caos magnum até aos que residem em lugares remotíssimos; que chegue aos mortos; faculta-lhe, e deles confia as felicidades de quantos nem se tiveram cuidado, quando vivos, nem disso foram solícitos para morrerem: todos estes benefícios os realça, dando-os gratuitamente, e com tal suavidade que nenhum trabalho causem para se conseguirem. Nem para aí: determina, e faz, que dos mesmos moradores do País se elejam e enobreçam muitos: que formem um corpo, que seja cá a sua Pessoa: e que tudo, tudo seja desempenhado pelo mesmo, que desse será é a cabeça, sem as despesas, fadigas, e trabalhos do acolhimento de outro maioral.

Assim chegam a todos, a todos nós as profusões da sua liberalíssima Grandeza: um Arraial, que jazia como desconhecido em um ângulo do mundo, em um recôncavo de sertões ermos, o eleva, o engrandece, e o faz a sua, bem a sua querida, a sua Vila do Paracatu do Príncipe.

Eu queria agora ter ua eloquência, ua energia, ua fecundia sublime, a mais perfeita, a mais completa, Angélica, de todo Celestial, para dar princípio ao agradecimento de tantos e tão grandes benefícios, como acabamos de receber. Só assim meu espírito ficaria satisfeito; seriam cheios os vossos desejos: mas se nos grandes aplausos também soam, e se aceitam os – vivas – dos pequeninos, dos balbuciantes, espero ter lugar.

Eu pois, sim: eu vos aclamo felizes, ó habitantes desta terra, por terdes nesta, nesta mesma quem reprima os transportes da ira, da ambição, da soberba, de todo o orgulho, de todo o vício. Quem destrua a calúnia, quem conserva a honra, quem vos engrandeça. Meus amados Nabotes, vinde para a nova Vila do Paracatu do Príncipe, que se alguns maus Acabes vos quiserem roubar as vossas vinhas, tendes aqui por Sua Majestade quem vô-las defenda. Suzanas, aqui as infames câs de Babilônia não haverão de criminalar-vos falsamente: há Daniel cá que as confunda, sereis salvas. Inocentes, aqui os Herodes não poderão mandar-vos tirar a vida, por ódio, por inveja: a retidão, a Justiça, as Leis Santas, e o Zelador delas está convosco. Pobres Mães, temos aqui quem imite a ciência do grande Salomão; porque também por Deus governa; não perdereis vossos filhos. Se lá os Paulos acharam um Festo, que os não condenou precipitadamente, aqui o temos. Se os Daniéis encontraram uns Darios timoratos, e cobardes, nós não temos sátrapas da Pérsia, que aterrem. Se os Batistas acharam Herodia para merecerem sem saltos suas cabeças, a nossa está segura, por Ti, sábio e integérrimo Ministro: por Ti, muito nobre, muito ilustre Senado; por Ti, ó Vila

nova do Paracatu do Príncipe; por Ti, muito alta, muito poderosa, muito santa Benfeitora, e Senhora Nossa, Rainha Fidelíssima. Viva tão grande, tão generosa, tão liberalíssima bemfeitora. Viva, viva.

Salomão quando recebeu do Altíssimo a sabedoria, não pensou quanto o felicitara Deus. Passado tempo foi experimentando, que com ela lhe tinham vindo outros muitos bens, e em tanta abundância, que exclamou: *Venerunt* (é o mesmo Rei sábio o que fala) *venerunt mihi omnia bona pariter cum illa*. Eu vos julgo igualmente ditosos com o presente benefício. Não só se vos liberalizou a mercê de tantas honras, e grandezas, mas com essas conseguis o vosso sossego, e conservais vossa fazenda, que desperdiçareis, para achar a justiça em povoações mui remotas. Com essa conseguistes um Juiz desinteressado, e muito sábio, que sem a necessidade triste de mendigar luzes estranhas, talvez de inimigos alguas de amigos cegos, que todos levavam ao precipício, dará a cada um o que é seu. Com essa os vossos descendentes aqui mesmo acharão guardado o que suastes, para os felicitares. Com essa...ora para que me canso? Com esta ventura nos vieram muitos, e muitos grandes bens: a vossa experiência abonará o meu pensamento.

Contudo não posso deixar em silêncio alguns realces deste benefício. Jacó, para alcançar a linda Raquel, vigiou, trabalhou, desvelou-se por muitos, e muitos anos.

A Real mão de nossa benfeitora não é a interesseira, a mesquinha de Labão; sem que alguns dos filhos desta terra trabalhassem um só ano, todos foram felicitados, conseguiram honra, glória, e ventura. Semelhante liberalidade, como a daquele, só serve para os Absalões ambiciosos: em nada se parece com a que nos faz a nossa Augusta Soberana: Esta é Rio subterrâneo, que sem estrondo sensível, sem procurar aplausos, enriquece as entranhas da terra. Ah! Quanto será enriquecida por Deus quem tanto bem faz sem interesse algum?

Que dirão os estrangeiros prudentes? Não será seu clamor semelhante ao do bom amigo rei Hirão – *Benedictus Dominus Deus*, pois deu a Portugal uma Rainha Fidelíssima, tão sábia, e tão generosa, para reger, e dominar, espargir felicidades *super populum hunc plurimum*? Que dirão nossos vindouros, refletindo na felicidade a nós facultada pela Soberana Benfeitora? Sobre as nossas venturas nestes dias para tantos de angústia, e de amargura? Não é assim, que tomando a linguagem do Eclesiástico a louvar Elias dirão – Bem aventurados os que viram tal tempo; que foram participantes da grande honra de sua amizade – *Beati qui se viderunt et in amicitia tua decorati sunt*?

Ah! Quem tivera uma voz, uma sabedoria, uma graça, uma erudição, proporcionada ao seu profundo saber, Régias virtudes, providência ativíssima? Mas o voar sem asas é fabricar precipícios. Somos menores, eu pobríssimo para louvá-la ainda contemplando-a tão somente, como quem fez esta terra a Vila do Paracatu do Príncipe.

Esta nossa Soberana Senhora toca-lhe muito o *Absque eo quod intrinsecus tatet*. Também que por mais que se diga, a sua glória é *ab intus*. Ó se fora eterna a sua vida, como deve ser a sua memória!

Agora sim, agora já vejo, tornado o mais agradável recreio para a vista, um jardim o mais ameno, e belo, o ermo inculto, selvagem, agreste: já vejo, vejo as flores, que nem os Pegureiros quereiam para tecerem rústicas capelas, que só eram espinhos; assim mimosas, matizadas, odoríferas, que até poderão servir para adornar Altares: Já vejo, vejo as pedras toscas, que poderiam aproveitar-se para ladrilho das ruas, tornadas em piras, que digo?... em Aras sacrossantas. Já vejo, vejo que uns brutos selvagens, assim grosseiros, que causavam pavor, grande desgosto são polidos, civis, nobres cidadãos, recreio de humanidade. Já vejo, que os idólatras cegos sempre desprezíveis, se tornaram adoradores devotos,

os mais religiosos do verdadeiro Deus. Já vejo, vejo que estes campos, estas colinas, estes bosques, montes e vales só cavernas de feras, só teatros de barbaria, têm dado, dão o primeiro gênero do mundo, têm criado muitos homens, os agasalha, os engrandece: Esta que apenas seria uma pobre Aldeia, é a preciosa Vila do Paracatu do Príncipe, que a adornam, a pulem, a engrandecem o muito sábio Real Ministro, o Régio Senado da Câmara, um corpo de Clero devoto, e iluminado, muitos corpos, ilustríssimos, e impávidos defensores da Pátria, também de guardas dos reais tesouros, não menos de colunas da liberdade Cristã; que há aqui, e floresce o comércio; que há muito homem ilustre, amante da humanidade; que a virtude vinda do Céu se não poderá mais chorar por ela: antes que abraçada com a doce paz, e beijando-se, fará inveja ainda às Almas grandes. Feliz povo, ditosa Gente, Terra abençoada do Senhor!

Ora sendo verdade eterna, que todo o dom perfeito – *De sursum est* – todo o bem nasce do Pai das Luzes, da Formosura, que os mesmos Céus admiram: sendo certo, também inegável, que todo o poder, toda a soberania, toda a jurisdição, toda a Justiça, todo o prêmio dos bons, e suplício dos maus adquire a retidão, a preciosidade do Supremo, do Eterno, do Onipotente, do Santíssimo, do infinitamente Bom.

Nós todos assim beneficiados, que podemos dizer senão – *Benedictus Deus et Pater Domini Nostri Jesu Christi, Pater misericordiarum, Deus totius consolationis, qui consolatur nos, in omni tribulatione?*

A ingratidão, este monstro é só pérfido Judas, a nós não injuriaram os Oseas: menos confundiram os Isaías principalmente depois de nutridos, e de tanto exaltados. Nem devo persuadir reconhecimento a quem deveras todo se ocupa em mostrar-se grato ao Supremo Benfeitor.

Vou acompanhar-vos. – *Disse.*

GLOSSÁRIO

ALMOTACÉS – Os almotacés eram nomeados pela Câmara, entre os homens bons da Vila. Em cada mês, serviam de almotacés os juizes ordinários e vereadores do ano anterior. Depois, escolhiam-se os homens bons da Vila, de dois em dois. Competia a eles providenciar para que não faltassem alimentos, nem oficiais de cada ofício, verificar e conferir as medidas e os pesos, promover a limpeza das ruas, fiscalizar a execução das posturas municipais etc. Um se incumbia especialmente da sede municipal, a Vila, enquanto o outro cuidava das povoações existentes dentro do município. Como o cargo não era remunerado, eram os almotacés substituídos mensalmente. Poderiam, entretanto, ser reconduzidos às suas funções várias vezes sucessivamente.

CAPELA – A capela exerceu notável função aglutinadora, no povoamento inicial de nossos sertões. Noventa por cento das cidades nasceram ao redor de pequena capela, construída dentro do patrimônio doado por um ou por dois ou mais fazendeiros.

CORREGEDOR – Antigo magistrado cujas atribuições eram análogas às dos atuais juizes de direito.

FREGUESIA – O mesmo que paróquia.

HOMENS BONS – Homens bons eram os que votavam e podiam ser votados, num sistema bastante democrático. Homens bons eram os brancos de limpo sangue, sem mácula de sangue de judeu, mouro, negro etc. e não exerciam ofícios mecânicos. A exigência era rigorosa e seu exercício degradava não apenas o indivíduo, como os seus descendentes. Por outro lado, o exercício de certas funções, como a de coronel, capitão, juiz ordinário, vereador, almotacé, juiz de fora, conferiam ao indivíduo a condição de nobreza.

JUIZ DE AUSENTES – Em cada Vila existia um Tribunal de Ausentes. O Juiz de Ausentes, que o presidia, era o Juiz Ordinário ou o Juiz de Fora, ou o Ouvidor no caso de ser Comarca. Quando morria alguém, com ou sem testamento, cujos descendentes estivessem ausentes, o Tribunal levava à praça todos os bens deixados e depositava o dinheiro apurado na caixa dos ausentes e ficava aí até que os herdeiros aparecessem.

JUIZ DE FORA – O nome está indicando: era o juiz que vinha de fora, chamado também juiz letrado, com diploma de formatura. O povo os chamava “juiz da vara branca”, pois sempre usavam, no exercício de suas funções ou nas solenidades a que compareciam, uma vara branca, como distintivo. As suas funções eram presidir a Câmara Municipal, administrar o município, decidir com suas sentenças as pendências judiciais. Representava uma quebra na autonomia municipal, como funcionário real, ao presidir as câmaras. Naturalmente pôs fim àquelas tentativas de independência e autonomia que as câmaras, antes, sempre demonstraram. O cargo de Juiz de Fora, assim como o de Juiz Ordinário e o de Ouvidor foram extintos por lei de 29 de novembro de 1832, que criou o de Juiz de Direito.

JUIZ DE ÓRFÃOS – O cargo foi criado para as vilas que “passassem de quatrocentos vizinhos”. A criação desse cargo significou um corte das atribuições do Juiz Ordinário.

JUIZ DE RESÍDUOS – Juiz que cuidava de remanescentes dos bens legados, restituídos ao beneficiário da disposição testamentária Bens deixados

JUIZ DE VINTENA – Em cada povoação havia um Juiz de Vintena, que era assistido por um escrivão. Quando era cometido um crime, dentro de sua jurisdição, ele presidia o inquérito e, depois deste concluído, ele o enviava ao Juiz Ordinário, ou Juiz de Fora, que houvesse na Vila. Era a menor autoridade judiciária.

JUIZ ORDINÁRIO – Era o Presidente da Câmara e o Agente Executivo Municipal, além de a maior autoridade judiciária na vila não sede de Comarca. Era comumente designado como “Juiz de vara vermelha”, pois tinha como insígnia uma vara vermelha.

JULGADO – Povoação sem pelourinho nem privilégio de Vila, posto que tenha juiz, e justiça própria.

OFICIAIS – O termo *oficiais* era empregado para designar os vereadores, o procurador, o escrivão e Juiz Ordinário, eleitos por eleição democrática, isto é, os oficiais do pelouro.

OUVIDOR – Era a mais alta autoridade judiciária. Cada comarca tinha o seu ouvidor que, além da função judiciária, exercia também a de corregedor e, como tal, dirigia o policiamento. Ouvidor Geral era o que tinha exercício nas várias Capitânias.

PELOURINHO – Era uma coluna, geralmente de pedra, colocada na praça principal de uma localidade, como sinal de que, naquela povoação, havia autoridades. Era o símbolo que indicava a elevação de um povoado à categoria de vila e sede municipal. No pelourinho eram amarrados os condenados a chicotadas.

PROCURADOR – Nas câmaras municipais exercia a função de tesoureiro e representante da Câmara em Juízo e fora dele.

QUADRILHEIRO – Sobre o quadrilheiro, escreveu Daniel de Carvalho: “Não há confundir estas Forças Militares (referia-se ao Exército e à Guarda Nacional) com a Polícia que, primitivamente, competia às Câmaras Municipais, com o nome de Quadrilheiros”. O Código Filipino determinava “...em todas as cidades, vilas, lugares, e seus termos, haverá Quadrilheiros, para que melhor se prendam os malfeitores”. E fixava: “Cada Quadrilheiro terá vinte homens de sua quadrilha”.

VEREANÇA – Reunião da Câmara Municipal realizada apenas pelo juiz e vereadores.

VIGÁRIO COLADO – Eram os vigários apresentados pelo Rei ao Bispo que o deveria colar. Colado é derivado do supino do verbo *conferre*, que significa *conferir*.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU, neste instante, agradece e presta homenagem a todos os Vereadores que antecederam e mantiveram sempre acesa a chama das idéias libertárias e políticas do povo a que sempre representaram. A Câmara também agradece e presta a sua homenagem a todas as pessoas que aqui trabalharam, como eles, amaram e engrandeceram a sempre fiel e leal terra de Paracatu.

